



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1598/12	DATA: 27/11/2012
INÍCIO: 10h48min	TÉRMINO: 14h07min	DURAÇÃO: 03h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h22min	PÁGINAS: 101	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Vereadora do Município de Encruzilhada, Bahia.
LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Advogada das famílias que detêm a guarda provisória dos menores, no caso de Monte Santo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento. Investigação sobre tráfico de crianças.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há oradores não identificados.
Houve expressão ininteligível.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todos e a todas, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, aos senhores da imprensa, aos senhores convidados e assessores.

Nós vamos dar início à nossa reunião, já com atraso, porque não tínhamos número regimental. Mas, havendo agora número regimental, declaro aberta a 29ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas, compreendido na vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Srs. e às Sras. Parlamentares que já foram distribuídas com antecedência cópias da atas da 26ª e 28ª reuniões. A 27ª reunião foi aquela da audiência pública que fizemos em Goiânia.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura de ambas as atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Em função do pedido de dispensa, está dispensada a leitura das atas, por solicitação do Deputado Luiz Couto.

As atas estão em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-las, eu as coloco em votação.

Os Deputados e as Deputadas que estão de acordo com o teor das atas permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Quero comunicar que nós temos hoje, na Ordem do Dia, reunião destinada à oitiva da Sra. Maria Elizabete de Abreu Rosa, que já está aqui desde o horário previsto, desde cedo, com seu defensor, seu advogado, que a acompanha, e também temos a presença da Sra. Lenora Thais Steffen Panzetti, advogada de duas das famílias que detêm a guarda provisória dos três menores do caso de Monte Santo, na Bahia, e que solicitou prestar esclarecimentos à nossa CPI.

Eu agradeço, desde já, à Sra. Lenora e às famílias que se dispuseram a prestar esclarecimentos. E este é o único exato e preciso objetivo desta CPI: exatamente esclarecer os fatos e buscar informações que possam elucidar as diversas naturezas de crimes de tráfico de pessoas no Brasil. Mas temos que



investigar os casos que chegam à CPI, com bastante isenção, com bastante critério, para que não se possa produzir nenhum tipo de prejuízo.

Isso se fará ao final dos trabalhos da CPI, quando vamos fazer um balanço de todos os casos aqui investigados, apurados e conhecidos.

Antes de chamar os senhores depoentes e convidados, eu peço atenção das Sras. e Srs. Deputados para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido a cada um dos nossos convidados e convocados é de 20 minutos, que podem ser prorrogáveis a critério da CPI, não podendo ser aparteados.

Cada Deputado, posteriormente a isso, pode ser inscrito para também no prazo de 3 minutos fazer suas indagações e suas observações ao convocado ou ao convidado. Em igual tempo, o direito de resposta de réplica e de tréplica a ambos pelo mesmo prazo.

Prestados esses esclarecimentos, quero informar também que nós recebemos aqui um *Habeas Corpus*, de número 115.830, de 21 de novembro de 2012, impetrado em favor da Sra. Maria Elizabete de Abreu Rosa, deferido em parte, mantendo a convocação para esta audiência, porém concedendo-lhe o direito de tratamento próprio à condição de acusada ou investigada, assegurando-lhe o direito de não assinar Termo de Compromisso, na qualidade de testemunha, bem como dispensá-la de responder eventuais perguntas que impliquem autoincriminação e ainda de não ser adotadas quaisquer medidas restritivas de direito ou privativas de liberdade como consequência do direito de não produzir provas contra si mesmo, que é um direito consagrado na Constituição Brasileira e, portanto, à disposição através deste HC da Sra. Maria Elizabete.

Porém, conforme decisão liminar, restou ressalvado que, em relação aos fatos que não impliquem autoincriminação, persiste a obrigação da depoente prestar as informações a esta CPI, como também dispõe a Constituição, a Carta Magna brasileira.

Também restou assegurado à impetrante o direito de ser assistida por seu defensor, seu advogado, e com este comunicar-se pessoalmente e reservadamente durante o depoimento perante a referida CPI. Relator do HC, o Ministro Gilmar Mendes.



Recebemos também ofício aqui, de nº 181, da Liderança do PRB, justificando ausência desta Comissão, em vista do cumprimento de compromissos advindos do cargo de Líder da bancada do PRB, Deputado Antonio Bulhões; e o Ofício nº 203, do gabinete da Deputada Teresa Surita, justificando ausência nos dias 6 e 13.

Informo ainda que esta audiência pública está na interatividade do *e-democracia*, proporcionando a participação da sociedade, por meio de bate-papo, *on line*, no portal pelo endereço: democracia.camara.gov.br/.

Este é o endereço do *e-democracia*, que está transmitindo, ou disponibilizando *on line* o transcurso desta audiência. Endereço: e-democracia.camara.gov.br/.

Informar também que, no dia de hoje, às 9h30, nós recebemos a petição do procurador da Sra. Carmem Topschall informando do recebimento da convocação da mesma para ser ouvida hoje, conforme havia se comprometido na audiência passada, porém requerendo adiamento da nova oitiva. Pelas razões que expôs na petição, fez anexar à mesma Termo de Interrogatório prestado por ela no último dia 23 no Ministério Público da Bahia.

Então, pelo menos estamos tendo a satisfação da Sra. Carmem Topschall a esta CPI, justificando, pedindo, aliás, não negando aquilo que assumiu como compromisso aqui público, mas pedindo que nós pudéssemos ver uma próxima data. E eu já deferi e peço aquiescência dos demais Deputados e Deputadas. Eu já deferi porque acho que o relacionamento mudou da Sra. Carmem em relação a esta Comissão, e não temos por que estabelecer nenhum tipo de óbice, já que ela está ratificando a sua disposição de depor, apenas pedindo alteração da data, o que nós aquiescemos em nome da CPI.

Quero registrar aqui, antes de convidar a nossa primeira convidada, Sra. Elisabeth, Maria Elizabete, a presença da Deputada Flávia Moraes, nossa Relatora da CPI, do Deputado Luiz Couto, Vice-Presidente, do Deputado Paulo Freire, membro desta CPI, do Deputado Ninho, do PSB de Pernambuco, também membro desta CPI.

Eu então, sem mais delongas, convido a Sra. Elizabete, e seu defensor, para comparecer aqui e fazer seus esclarecimentos. (*Pausa.*)



Muito bem. Eu vou, então, iniciando os nossos trabalhos, passar a palavra à Sra. Maria Elizabete de Abreu Rosa, para fazer as suas considerações.

Regimentalmente, a senhora dispõe de 20 minutos. A gente pode prorrogar sem nenhum problema, a critério do interesse desta CPI.

Então, eu passo à Sra. Elizabete e, em seguida, aos Srs. Deputados que quiserem fazer alguma indagação à senhora.

D. Elizabete, deixe eu só lhe dizer: a senhora é enfermeira, é ex-Vereadora da cidade de Encruzilhada.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sou Vereadora ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É Vereadora, exercendo ainda um mandato que ainda não foi concluído.

No ano de 2011, houve um conjunto de denúncias, que foi do conhecimento da imprensa de uma maneira geral, do suposto envolvimento da senhora na adoção ilegal de crianças.

Isso foi uma denúncia apresentada pelo Ministério Público. E os fatos se desenrolaram a partir daí. Houve, inclusive, periodicamente, interrupção do seu mandato e uma série de outras coisas.

Então, nós da CPI recebemos esse material por uma série de entidades lá da Bahia e, do próprio Ministério Público, a solicitação. Por isso a razão da sua convocação a esta CPI.

Então, nós estamos lhe dando a oportunidade de a senhora exercer a sua defesa sobre esses fatos que são do conhecimento público e, com certeza, são do seu conhecimento.

Então, eu lhe passo a palavra, para a senhora fazer as considerações que a senhora julgar necessárias, em favor da sua defesa.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O que eu tenho a dizer a todos vocês, Deputados, e aos demais que aqui estão é o seguinte: eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora poderia falar próximo? Isso. Aproximar a cadeira aqui.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O conhecimento que eu tenho até o momento, que eu gostaria de informar aos Deputados e aos convidados que aqui se encontram, é o seguinte: eu estive, sim, participei de algumas doações,



inclusive quatro doações que eu tenho conhecimento, que foram as doações legal, feitas com juízes, advogados e as mães, que eu não acompanhei até o fórum, mas eu tenho conhecimento que foram as legal, sim. Só até aí é o que eu sei. E quanto ao fato de alguém dizer que eu recebi dinheiro, eu não recebi nenhum real e não tenho interesse pra isso, porque fiz isso, na época, eu já era Vereadora. E também, nem se não fosse Vereadora, eu não tenho esse tipo de necessidade, graças a Deus, porque sou uma pessoa que trabalha desde os 30 anos de idade. E gostaria de deixar claro também que isso, pra mim que sou uma pessoa evangélica, nem se não fosse evangélica, eu acho que isso é uma forma que nenhum ser humano deve fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom. A senhora teria mais alguma coisa a esclarecer à CPI?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só isso.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Eu agradeço a sua colaboração D. Maria Elizabete.

Eu faculto a palavra aos Srs. Deputados e Deputadas e concedo a palavra ao Deputado Severino Ninho, para fazer as suas considerações.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sra. Elizabete, colegas Deputados. A senhora é Vereadora há quantos mandatos, D. Elizabete?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Só esse mandato.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Esse é o seu primeiro mandato?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso, o primeiro.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Qual é o partido que a senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - PSDC.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - PSDC. A senhora foi eleita por esse partido?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu fui eleita no PRP.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - PRB? "B" de bola?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - PRP.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Partido da...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Republicano...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Republicano Popular ou Progressista.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ...Popular. Isso

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora disputou a reeleição?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não foi assim uma disputa. Só me candidatei, porque eu também não estava em condição física. Aí, só concorri mesmo por concorrer.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Pelo que eu entendi, a senhora reconhece que, de alguma forma, participou dessas adoções. A senhora disse que a sua atitude foi dentro da lei, ou seja, a senhora entende que a sua atuação foi legal.

Qual foi a sua participação nessas adoções? A senhora procurou as famílias que queriam adotar, procurou as famílias que iriam doar as crianças? Qual foi a sua participação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não procurei as famílias, porque elas iam na minha casa. E as famílias também...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - As famílias que iam na sua casa eram as que queriam adotar ou as que queriam doar as crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - As que queriam doar.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Iam na sua casa.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. E as famílias que elas conheceram, eu não... São pessoas mesmo de lá do Município e outras da região próxima.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - As que doaram e as que adotaram são do Município?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São do Município também

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Tanto as que receberam as crianças quanto...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Se não me engano, tem uma das mães que fez a doação que ia doar a filha pra patroa dela, porque ela já morava com essa pessoa.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora, no dia da adoção, acompanhou as famílias ao fórum da cidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, nem... Não acompanhei ao fórum.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas me responda a uma curiosidade minha: por que as famílias que queriam doar as crianças procuravam a senhora e não iam diretamente ao juiz ou ao órgão...?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não iam. Exatamente. Sabe por que não iam diretamente ao juiz? Porque a juíza de lá sempre é uma juíza, como é que se diz, ela não fica lá sempre, é substituta. Onde eu moro tem um povoado, é um distrito, para ir até a cidade de Encruzilhada, fica 40 quilômetros, se não me engano. E a maioria das mães, quando elas querem doar os filhos lá, elas sempre procuram as pessoas. Não só eu que elas procuravam, procuram outras pessoas. Quando elas não conseguem doar lá, elas vão para outros lugares e procuram outras pessoas. Eu não tenho o conhecimento de quem elas procuram. E isso não faz parte, porque tem gente também, muitas dessas mães que doaram seus filhos são pessoas que convivem lá, são minhas amigas que moram, são vizinhas, outras moram próximo lá onde eu moro.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Além de... Eu sei. Eu já fui Vereador da minha cidade, Igarapu, Pernambuco.

Além de a senhora ser procurada para esse fim, para que outros fins a senhora é procurada pela população da sua cidade? Que outros pleitos, para que outros assuntos as pessoas procuram a senhora? A sua cidade tem quantos habitantes?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São 16.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Dezesesseis mil habitantes?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso. Habitantes.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Fica em que região? Fica no Sertão? Fica...? É uma cidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Fica na divisa de Minas com Bahia.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Na divisa? É interior.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Interior.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Sim. Que outros assuntos a população procura a senhora para intermediar ou resolver?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São vários assuntos. São questões de falta de alimentação, são pra passar no médico, pra ir ao médico, são pra procurar igrejas também, pra ir pra igreja ou mesmo pra ser levada também a procurar famílias que estão morando distante, porque elas querem procurar as famílias. Muitas vezes eu faço isso. Levar para registrar os filhos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas a senhora... Tudo bem, a gente, que já foi Vereador, entende esse papel que o povo passa para o vereador.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Uma função que não é da gente.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Exatamente.

O que a senhora tem a dizer dessa... A senhora foi ouvida na CPI do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes em 2010.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Fui ouvida, sim.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O que é que a senhora tem a dizer quanto a essa, não vou dizer suspeita, mas esse seu envolvimento nesse caso? Por que a senhora foi envolvida?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não tenho isso como envolvimento, o senhor me desculpa. Eu tenho isso como... Pra mim, o senhor pode pensar o que o senhor achar, o que o senhor quiser, as pessoas podem pintar da maneira que elas quiserem, mas o que eu digo ao senhor é o seguinte: é porque, dessa maneira, eu acho que eu não fiz bem só pela mãe, porque eu conheço várias dessas crianças que foram adotadas. Inclusive, tinha muitas delas que tinham problemas sérios de saúde.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Está bom, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado.

Deputado Luiz Couto, concedo a palavra a V.Exa. para fazer os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria, talvez, não sei se os dados da D. Elizabete — CPF, telefone —, que ela



pudesse colocar o endereço dela, onde ela mora, a identidade, seus dados telefônicos, etc. Gostaria de ter essa informação.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tranquilo, tranquilo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não, pode passar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O telefone de contato...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ...é 3439-6324. Celular: 9954-9150. O CPF é 44364155-15.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora é enfermeira?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sou técnica em enfermagem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Técnica em enfermagem.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora, desde quando a senhora exerce essa função?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tem uns 16 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dezesesseis anos.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Antes de exercer a função, a senhora trabalhava em quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu trabalhava na zona rural.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Zona rural.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso. E também cuidava de pessoas idosas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Idosas.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem. Aí a senhora trabalhou como técnica em enfermagem em hospitais, postos de saúde.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso. Postos de saúde. Faço um trabalho voluntário também aos fins de semana.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

E essa ideia que a senhora disse, de fazer com que casais que não tivessem filhos pudessem ter filhos, nasceu quando mais ou menos essa ideia?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não entendi. O senhor poderia repetir a pergunta?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Por exemplo, a senhora disse que tratou dessas questões como uma ajuda que a senhora queria fazer para casais que não tinham filhos, que a senhora... as pessoas queriam doar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando é que surgiu essa ideia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, não são casais para quem não têm filhos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Casais que já têm filhos também, inclusive, a minha família, nós temos acho que, mais ou menos... Minha família já veio de geração criando filho dos outros.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Inclusive, eu morei com um casal de pessoas até os 15 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. A senhora sempre morou em Encruzilhada?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Nasci e criei lá. Tem 49 anos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E como é que, além de Encruzilhada, a senhora esteve em Vitória da Conquista?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Como?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esteve em Vitória da Conquista a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu estive... Eu vou em Vitória da Conquista todas as semanas, quase todos os dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quase todos os dias.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Muito bem.

Eu queria ver o seguinte: a senhora é suspeita de participar de um esquema de adoção ilegal na Bahia. E o próprio Ministério Público tem... Por que a senhora diz que não fez nada errado? Por que a senhora, primeiro, quando soube que havia



da parte do Ministério Público um mandado para que a senhora pudesse ser presa, a senhora desapareceu? E por que a senhora também não quer, por exemplo, informar, recorrendo à Justiça para ficar calada? Por que a senhora, que diz que não teme, não fez nada errado, por que essa preocupação em não querer falar aqui sobre os fatos e também ficar foragida durante algum tempo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sabe por que eu não queria falar?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Porque, a primeira vez que eu vim aqui, fizeram perguntas pra mim que até hoje eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sei. Mas agora eu estou fazendo, a senhora pode responder ou não. A senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não vou responder. O senhor me desculpa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está bom. É um direito que a senhora tem, mais uma vez, em forma de que...

A senhora foi acusada de vender recém-nascido em Encruzilhada, e há o fato de que a senhora foi denunciada por dois Vereadores: o Vereador Gileno Alves dos Santos, do seu partido, o PSDC. Ou seja, ele estava preso e foi um dos primeiros a acusar a senhora em abril de 2009. Por que a senhora acha que o Sr. Gileno Alves dos Santos, Vereador, fez acusação contra a senhora? Conhece o Vereador?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Conheço. E ele fez as acusações contra mim por uma forma política, porque a gente era adversário político e ele queria a presidência da Câmara na época. Foi na minha casa; me ofereceu 70 mil reais; eu não aceitei porque eu era de um outro partido e também tinha interesse de trabalhar junto com a Prefeita, que trabalho até hoje. E eu gostaria de perguntar ao Deputado por que...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora responde.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não pergunta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá, tá bom.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, vou responder ao Deputado por que o Município até hoje nunca fez uma denúncia a ele, porque ele mata pessoas indefesas, dá tiro na rua.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa é outra... Nós estamos investigando o tráfico de seres humanos.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então! E por que não denunciou ele na época?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se a senhora quiser, a senhora pede ao Ministério Público...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Exatamente, mas eu queria...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... para que possa solicitar a investigação sobre esse caso aí.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então, mas eu queria saber. Também tem mais outros fatores que comprometem isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eu quero que a senhora responda sobre tráfico de seres humanos.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não tenho conhecimento de tráfico de criança.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. E a senhora conhece o Vereador Roberto Virgens Moura, do PTB?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São os dois Vereadores.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E ele fala de que, além de a senhora, ou seja, ter esse tráfico de bebês, a senhora também recebia valores que variavam de 100 a 400 para doar, a senhora pagava para essas pessoas. Por quê? Esse Vereador também é seu inimigo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É isso. Inimigo, rival.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. A senhora conhece a D. Tânia Silveira?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tânia Silveira?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece a Delegada Substituta? Não foi ela que...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tânia Silveira?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tânia Silveira, Delegada Substituta de Encruzilhada.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto.

Há informação, D. Elizabete, de que a senhora aliciava já as mulheres grávidas, ou seja, e dizia: *“Olha, você não tem condição, depois, quando nascer já tem gente para... porque você não tem condições de criar”*. O Que a senhora fala dessa situação? A senhora tinha contato com as mulheres grávidas e as...?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Que eu aliciava as mulheres grávidas?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Para que elas pudessem doar os filhos.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não tenho conhecimento desse fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não tem conhecimento.

Sr. Presidente, a informação que nós temos, Sr. Presidente, é que a matéria que foi, inclusive participou lá o repórter do *SBT*, diz o seguinte: que casais ricos queriam adotar crianças e, por isso, procuraram a nossa Vereadora Maria Elizabete Abreu Rosa para que ela pudesse conseguir filhos para que esses casais ricos pudessem adotá-los. A senhora, parece que, na informação aqui, a senhora admite que houve três casos em que a senhora ajudou a que essas pessoas, essas crianças pudessem ser adotadas por casais. A senhora confirma isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu acabei de dizer para o senhor que essas pessoas que adotaram esses filhos para esses casais já moravam com eles, já trabalhava quando elas não tinham filho em São Paulo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Elas conheciam eles.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Mas a senhora... Diz aqui: "*Maria Elizabete, do PRP, confirmou a participação em pelo menos três casos de aliciamento de grávidas e adoção ilegal de recém-nascido no Distrito de Vila do Café, zona rural de Encruzilhada*".

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Desconheço tal fato.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há informação também, Sr. Presidente, de que Sra. ELizabete buscou, entre as mães de Encruzilhada, crianças bonitas e de pele clara, para atender à solicitação de clientes do Estado de São Paulo. O que a senhora diz dessa acusação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sr. Deputado, eu não tenho superstição com cores e eu não gostaria que... Isso me ofende até o senhor me dizer isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, eu estou apenas colocando o que foi a denúncia. Aqui, eu estou apresentando, porque a senhora só diga se a senhora confirma ou nega isso aqui.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto. Desconhece.

A senhora sabe que, como Vereadora, que existe um Cadastro Nacional de Adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, alguém que quer adotar tem que se cadastrar, e é feito todo um processo. Ou seja, pelas denúncias que houve, é que a senhora cercava as mulheres gestantes com situação financeira precária, oferecendo, em troca, emprego e promessa de ajuda financeira. Essa denúncia, a senhora nega ou a senhora confirma?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu gostaria que o senhor fizesse a primeira pergunta a mim, por favor, do Cadastro Nacional de Adoção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Primeiro, se a senhora sabe que existem critérios no Cadastro Nacional de Adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - No nosso Município, ainda não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas tem nacional, o cadastro é nacional.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Nacional. Então, mas a gente tem que ter um órgão que a gente possa procurar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Mas como é que a senhora oferecia? Aí a denúncia é que a senhora cercava as mulheres gestantes com situação financeira precária, oferecendo, em troca, emprego e promessa de ajuda financeira.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Desconhece.

A senhora nega a afirmação de uma mãe, que diz que lhe entregou o filho devido a promessa de ajuda e melhoria de vida? (*Pausa.*) A senhora nega ou confirma?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Desconheço isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E que, logo depois que entregou a criança, a senhora passa na rua e nem olha para ela? Foi isso o que uma das mães disse: “*Depois que minha filha*” — ou o filho — “*foi entregue, parece que sou uma desconhecida*”. O que a senhora diz dessa denúncia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não sei de quem é essa mãe que o senhor está falando. Desconheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto.

Como negar as imagens do programa *Conexão Repórter*, que mostra a senhora e uma agenciadora de São Paulo negociando as vendas dos próprios filhos por 50 reais, por 100 reais? A senhora acha que aquilo foi invenção?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não entendi. Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Como negar as imagens do programa *Conexão Repórter*, do SBT, que mostra a senhora e uma agenciadora de São Paulo negociando as vendas dos próprios filhos por 50 reais, 100 reais?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa pessoa que o senhor está dizendo chegou em Vila do Café, a mandado do Vereador Roberto Moura, dizendo que era de uma ONG. Não foi para negociar criança. Não sei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Certo.



No programa exibido em 24 de maio de 2010, foi mostrado a senhora negociando, com a produtora do programa, um bebê que nem havia nascido ainda, cujo nome da mãe é Amanda Pereira. A senhora conhece a Sra. Amanda Pereira?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa Amanda é funcionária do ex-Vereador. Inclusive, ela apareceu em casa, a primeira vez que eu vi, com ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Amanda Pereira, de apenas 20 anos, em uma conversa em que a avó da criança diz que está tudo certo para a doação. Ou seja, na realidade, as imagens estão lá. A senhora pode até negar aqui e dizer, mas as imagens são claras, ou seja,...

A jovem Amanda Pereira disse ao Promotor Márcio Neves que foi induzida pela senhora a entregar o filho e que ela não queria doar o filho. O que a senhora diz disso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa Amanda nunca doou filho, Deputado. Ela nunca fez adoção.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o promotor Márcio Neves está mentindo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não disse que ele está mentindo. Eu disse que ela nunca fez adoção de filho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, mas ela disse ao promotor, e está registrado.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Se fez, eu não tenho conhecimento

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está o.k.

A senhora conhece o médico Edson Sanches?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, não conheço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não conhece.

Segundo a denúncia, ele faz o parto e prepara o registro da criança de acordo com os nomes dos pais adotivos.

Sr. Presidente, inclusive, é bom fazer um requerimento também convocando o Dr. Edson Sanches. Essa denúncia é de muita gravidade. Segundo a denúncia, ele fazia o parto e preparava o registro da criança de acordo com os nomes dos pais



adotivos, cobrando pelo serviço o valor de 4.500 reais. Dados esses que são informados por... Aí o que vem é para ela: “...*que a senhora Elizabete e a agenciadora de São Paulo é que informava esses dados para que o médico pudesse e já sair como filhos daqueles casais*”.

E o caso da senhora Adeildes Marins? A senhora conhece essa Sra. Adeildes?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Conheço a Adeildes, é da minha igreja. A gente frequenta a mesma igreja, encontro com ela todos os dias de culto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

Pela denúncia que nós temos aqui — estamos colocando só o que consta da denúncia — , ela afirmou que a senhora daria para ela uma cirurgia em troca da filha dela. O que a senhora diz dessa denúncia? Nega? Confirma?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela fez a cirurgia, sim, agora, porque essa cirurgia do coração é uma cirurgia que a gente é aguardada pelo SUS. E não foi em troca de criança, ela deu não só esse filho. Ela tem doado para a família dela mesmo, inclusive pra um tio dela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, eu pergunto agora: a senhora conhece a Sra. Cláudia Ramos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cláudia Ramos é a grávida de 5 meses e foi mais uma das grávidas aliciada pela Vereadora, segundo a denúncia: “... *que procurou a gestante, informando-lhe que um casal de fora, que não podia ter filhos, tinha interesse em criar a criança quando essa nascesse*”.

Segundo o promotor, “*como recompensa, Bete prometeu a Cláudia que o casal, por ser bem de vida, ajudaria ela e permitiria que a mesma sempre pudesse ver a criança e ter notícias suas*”.

Em abril de 2007, cedendo à proposta da Vereadora, Cláudia Ramos entregou o seu filho.

Outra grávida abordada por Bete foi Amanda da Silva, que, aos 8 meses de gestação, recebeu proposta para entregar o filho que estava prestes a nascer,



lembra Márcio Neves — é o promotor, que é o defensor da sociedade, que registrou tudo isso aqui no seu relatório.

De acordo com ele, promotor Márcio, *“Bete procurou Amanda, prometendo-lhe o emprego de doméstica em São Paulo, chegando a apresentar a Amanda duas mulheres, das quais uma disse que ali estava por causa da criança”*. Nessa ocasião, ressalta o membro do Ministério Público, *“foi oferecido dinheiro à gestante para que ela realizasse os exames médicos necessários e comprasse tudo o que necessitasse”*.

Sr. Presidente, esses são dados que estão nas denúncias feitas contra a Sra. Elizabete. Como a mesma não quer responder sobre isso aqui e tem o direito também de ficar calada, depois que V.Exa. fizer as perguntas, eu voltarei a fazer outras perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.

Vou passar a palavra agora à próxima inscrita, nossa Relatora, Deputada Flávia Moraes, para fazer as nossas considerações à Vereadora. Pois não, Deputada.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Bom dia, Presidente, Deputados presentes, assessores, imprensa. Elizabete, que se faz presente aqui, nesta nossa audiência de hoje, eu queria fazer algumas perguntas para a senhora. Sei que este momento é um momento difícil, mas nós gostaríamos que a senhora respondesse com muita naturalidade.

A senhora conhece os procedimentos de uma adoção legal?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu tenho pedido orientações ao meu advogado, e ele tem me orientado, sim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O que a senhora pode dizer sobre isso? Como que é feita uma adoção legal, no conhecimento que a senhora tem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Pelo menos lá no Município, a gente vai até o Conselho Tutelar, procura o Conselho; aí, a mãe junto com o Conselho vai até o fórum, procura juiz e advogado, que fazem o processo.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E a senhora tem uma boa relação com o Conselho Tutelar do Município?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora tem alguns parentes no Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quem são?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho sobrinha, tenho filho, tenho amigos também que trabalham lá, colegas, até.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora foi enfermeira antes de ser Vereadora. É enfermeira até hoje?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sou.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Técnica ou enfermeira?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Técnica. Técnica de enfermagem.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora atua no Hospital Municipal?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu trabalho em postos de saúde, no povoado.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Em postos de saúde. A senhora acompanha pré-natal das grávidas no Município?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Não sou eu quem acompanha o pré-natal. Quem acompanha o pré-natal é a enfermeira chefe da unidade.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ah!... Mas a senhora não acompanha, dentro do posto de saúde, nem o momento...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu trabalho em sala de vacina.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ah!... Em sala de vacina...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E trabalho no posto de emergência, no pronto socorro.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora falou que três crianças foram adotadas legalmente, e isso é o que a senhora acompanhou nos processos de adoção?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Até onde eu sei.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Isso! Qual o nível de acompanhamento que a senhora teve nesses processos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O acompanhamento que eu tive, que eu falo que eu tive, só em questão de... E fui uma vez com... Até fui com uma só até o Fórum. Levei, deixei lá com o advogado, e ela ia falar com a juíza. Eu deixei...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essa era a mãe queria adotar ou era a mãe que estava doando o filho?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A mãe que queria adotar para uma ex-patroa dela.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Queria doar para ex-patroa, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Há...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Inclusive, hoje moram mãe e filha com a patroa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Como a senhora localizava as famílias que recebiam essas crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não localizava, elas iam até a minha casa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - As mães que queriam as crianças, também.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Iam... ia... ia...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E só do Município ou de outros...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Só do povoado.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora tem filhos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho três filhos, duas netas e crio duas meninas.



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Tem uma ONG que se colocou à disposição para ajudá-la, conhecendo o trabalho da senhora. Qual era o nome dessa ONG?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa ONG... Foi essa que eu acabei de responder. Chegou lá essa mulher, mandada pelo Vereador, e até hoje eu não sei que ONG era essa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Alguma mãe que a senhora intermediou a adoção se arrependeu, depois, e voltou querendo filho de volta?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Se... Se arrependeu, nunca me procurou para dizer.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora continua tendo contato com essas mães?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Continuo tendo contato. Uma dessas até trabalha na minha casa, uma vez por semana.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hum, hum...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É que a gente faz um trabalho voluntário, e ela me ajuda.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Todas elas são lá do distrito da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São lá do distrito, da minha igreja... Duas são da minha igreja.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hum, hum...Tem uma das mães, do depoimento que nós recebemos, que alega que entregou sua criança para uma mãe que mora em Ipatinga, Minas Gerais. Inclusive, ela fala que não conhece esse local; ela conhece o nome, provavelmente, no processo. A senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA. - Não conheci esse casal, nem ela. Apenas fui chamada para fazer o parto dela; que, aliás, foi até dentro de um banheiro público no mercado, numa praça, lá. Eu fui e fiz o parto dela. Quando terminou o parto, levei ela até o posto — porque que não era o meu dia de plantão —, deixei ela lá, e lá ela já conseguiu, com a mulher que ela trabalhava, esse pessoal. Eu não conheço...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então, além da vacina, a senhora atuava também em outras áreas no posto.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É! Sim...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O que mais a senhora fazia no posto?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu trabalho na sala de vacina, trabalho no pronto socorro e também cuido das pessoas, nas casas. Há pessoas que têm dificuldade de locomoção, e eu vou até lá, dou banho, cuido.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então, a senhora acaba que tinha contato com grávidas, também, no trabalho da senhora, no dia a dia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É, a gente se encontrava no posto, sim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Inclusive, a senhora chegou a fazer um parto.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Faço parto até hoje, quando não tem... Porque onde a gente mora é um povoado, como eu acabei de dizer. Até chegar ao hospital é 1 hora, e não tem ambulância em todo momento que elas precisam.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Só a senhora faz parto no posto?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Lá, no posto, é.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então, lá no distrito, os bebês que nascem lá a senhora é que faz o parto.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Tem mais. A enfermeira também me ajuda; ela faz também, quando chamo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora é quem chama. E se não chamar, a senhora faz o parto.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Acontece que não é chamar, porque tem parto que não dá tempo. Tem 15 dias que eu fiz um parto, eu e meu marido... O meu esposo é que me ajudou a fazer.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Na opinião da senhora, qual é o risco que existe de uma adoção ilegal? O que pode acontecer quando acontece uma



adoção ilegal? A senhora sabe quais os prejuízos de uma adoção ilegal para a criança, para a família; a senhora poderia falar, no pensamento da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não entendi a pergunta.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quando uma adoção é feita ilegalmente — não estou falando que a da senhora foi...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - ...Quando acontece uma adoção ilegal que não passa pelo juiz, que não passa pelo advogado, adoção em que a criança é levada para outra família, a senhora poderia me dizer, na opinião da senhora, quais os riscos que esse tipo de adoção tem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Em minha opinião eu acho assim: como é que a gente vai dar uma criança para, sem endereço, sem conhecer o casal? Como é que a gente vai saber como está essa criança, se realmente ela está bem ou não? E o sofrimento da mãe? Se, caso não foi feito legal, a qualquer momento ela pode perder a criança; a mãe pode chegar e buscar, pegar de volta.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essas crianças que foram... que a senhora ajudou, intermediou para fazer a adoção legal, elas todas moram lá?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Moram. E se for possível, eu passo o telefone de todas elas.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essas intermediações aconteceram antes de a senhora ser Vereadora, só enquanto enfermeira do distrito?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Antes... Teve uma antes, também. Inclusive, eu tenho uma, que eu chamo de companheira, porque ela mora, assim... nós moramos na mesma rua. Ela é minha companheira de viagem, de me ajudar com pessoas quando eu preciso. Essa foi antes, bem antes...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora poderia dizer o nome das crianças que a senhora intermediou?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não me lembro de... Lembro-me da mãe, que se chama Ana Paula; e a menina, Sofia.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E as outras duas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - As outras... Eu não lembro o nome da criança mais, porque já tem...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E o da mãe? Mas elas não moram lá, ainda? A senhora falou que as outras duas lá, ainda.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tem, mas só que eu não lembro o nome assim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quantos habitantes tem o Distrito?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Chega a 16 mil.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Grande!

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. Lembro-me de outra criança também, a mãe se chama Vanilda e o filho se chama Enzo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E a outra, a senhora lembra?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A outra eu não lembro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essas duas moram lá até hoje? As crianças moram lá também?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, as crianças viajam sempre, quase não ficam lá. Essas mães viajam. Inclusive, uma era esposa de um ex-juiz aposentado que mora lá. Ele viaja muito para o Rio, quase não fica lá.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então, não mora lá. Trabalha lá...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É! Tem fazenda... Tem fazenda...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Tem fazenda, mas mora no Rio.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tem casa, mas fica nas férias aí, traz as crianças para aqui e, depois, volta para lá de novo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E a outra, a Sofia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Sofia mora com a patroa da mãe, em São Paulo. A mãe...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mora em São Paulo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Também não mora lá?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Agora eles estão em São Paulo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ah! A senhora falou que eles estavam morando lá. Então, eles estão morando em São Paulo, não é?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. Foram para São Paulo. Não sei se ainda continuam em São Paulo. Eles tinham viajado para lá.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E o terceiro, a senhora nem lembra mais?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não lembro...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essas mães que procuraram a senhora para entregar os filhos, com certeza estavam em estado de extrema vulnerabilidade, dificuldade financeira...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Extrema calamidade!

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora como Vereadora, uma pessoa que sempre gostou dessa área social, ajudou um pouco essas mães, naquele momento, deu alguma ajuda?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - No momento, eu não dei ajuda, porque, na verdade, elas não pediam ajuda. Eu não lembro... Não dei ajuda.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quando a senhora ajudava intermediar essas adoções legais, que a senhora fez, a senhora tinha contato com a juíza? Essa juíza que adotou... Um dos juízes foi o que adotou, foi o que trabalhava lá nessa região?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa juíza trabalhava lá.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Ela foi uma das que adotou, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Foi.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E ela participou dessas outras duas adoções, também?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Cada vez que tinha uma adoção tinha uma juíza diferente lá, porque lá a juíza é substituta.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hum, hum...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E as outras, eu não acompanhei, eu não tenho... Eu não sei nem quem era a juíza, na época. Porque não era todos os dias que eu estava lá na audiência que tinha com elas, não é.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hum, hum... E essas famílias que procuravam crianças para adotar, alguma delas ofereceu alguma ajuda para a senhora?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Até o momento... Elas não ofereciam porque também sabiam que o meu interesse não era de receber nenhum tipo de ajuda.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essa prática de doação de filhos das famílias carentes lá da região é uma prática comum, acontece muito?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Lá no Município... Lá é por causa... é pela carência mesmo. Quando elas não conseguem doar para outros,, eles deixam com vizinho, e saem por aí, deixam lá. Lá tem muita criança dessa forma.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Que não conseguem... E a senhora conseguiu ajudar só três?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Na época, foi. Porque, quando aconteceu isso, aí... foi na época que surgiu aquele povo que começou, assim, tipo... Eles estavam confundindo as coisas. Então, eu achei melhor me afastar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Aí a senhora parou de fazer esse tipo de...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum, hum...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Esta bom, D. Elizabete.

Presidente, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado, Deputada Flávia.

Eu queria registrar a presença do Deputado Amauri Teixeira aqui na nossa CPI.

Eu vou passar a palavra agora ao Deputado Paulo Freire, que está inscrito para fazer suas considerações; depois, eu vou fazer algumas indagações; depois, o Deputado Severino Ninho; e depois o Deputado Amauri Teixeira, em seguida.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, eu gostaria de, nesta oportunidade, fazer algumas perguntas aqui à Sra. Maria Elizabete.

Maria Elizabete, a senhora é Vereadora na cidade de Encruzilhada, é isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - É o seu primeiro mandato?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.



O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Primeiro mandato. A senhora é nascida na cidade de Encruzilhada?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A sua família é grande, nessa cidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Grande.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Todos vivem nessa cidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora disse ser evangélica.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sou.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Há quanto tempo a senhora é evangélica?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Há 18 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A sua família também é evangélica?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Uma boa parte.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Eles frequentam a mesma igreja que a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Uma parte, na mesma igreja; a outra, em outra igreja.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Aqui na minha relação tem alguma informação dizendo sobre esta ONG, essa ONG que foi indicada para a senhora pelo membro do Conselho Tutelar, chamado Daniel, é isso? Que o Daniel, membro do Conselho Tutelar, é que indicou para a senhora essa ONG para lhe ajudar nas doações... essa doação de... É isso ou não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ele foi junto com o Vereador, mas só que ele não me apareceu com essa ONG, não! Ele está afastado do Conselho.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Esse Daniel está afastado do Conselho?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Está. Desde quando começou, ele foi afastado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E por que ele foi afastado?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Porque a gente, quando procurava ele... Eu corri muito atrás para ver quem era essa pessoa que ele mandava na minha casa, quem era essas mulheres que ele mandava me procurar, então, ele acabou afastando-se do caso, e não está mais no Município.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E essa ONG atua somente em doações de crianças, ou ela tem outra atividade? A senhora pode falar alguma coisa desta ONG?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu não conheço a ONG, não tive informação de quais os atos que ele atuava. Ele que indicou junto com esse Vereador. Só que eu não tive informação nenhuma.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora trabalhou pelo menos na doação dessas três crianças. Depois de tudo isso que aconteceu, a senhora disse que se afastou, não é? Por causa dos problemas, que estavam confundindo as coisas, a senhora se afastou...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim, sim...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Depois disso, algumas pessoas mais, outras mães, outras famílias lhe procuraram para que a senhora também ajudasse em doações?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Continuam procurando até hoje.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E qual é a sua procedência nesse caso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu as mando procurar um Conselho Tutelar, ir até o Fórum e procurar juiz, promotor ou o que seja.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora não acompanha mais as pessoas ao Conselho Tutelar, nem ao Fórum?..

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Nada? Então, a senhora deixou de atuar nessa área...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Deixei.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...para ajudar, como uma Vereadora na cidade, numa cidade pequena?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Deixei de ajudar para adoção... essas três. Mas, do que elas precisarem e o que eu puder, estou aí, para ajudar. Que não seja para prejudicar elas nem a mim.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - A senhora começou a ajudar essas pessoas depois que a senhora foi eleita Vereadora, ou antes, através de alguma ação social da igreja — não sei se tem isso..

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não... Tem.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE -. A senhora trabalha na ação social da igreja?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum, hum...Trabalho.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - E nessa ação social da igreja, qual é a sua atividade nela?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, lá na igreja não tenho um ministério. A minha igreja não tem esse ministério para fazer esse tipo de trabalho. Lá, cada um é que pede orientação para Deus, e ajudam quem eles acham que tem necessidade.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Bem, Sr. Presidente, eu vou voltar depois com algumas outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Obrigado Deputado Paulo Freire.

Eu queria fazer só alguns esclarecimentos que para mim ainda ficaram... E eu passo, logo em seguida, ao Deputado Amauri Teixeira e, depois, ao Deputado Severino...

A senhora já respondeu algumas coisas que me motivavam a indagação. A senhora falou que a população de Encruzilhada é de 16 mil...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, em Vila do Café.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, em Vila do Café. Em Encruzilhada, a senhora tem ideia de quanto é a população, grosso modo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Com Encruzilhada...Porque lá, Vila do Café, é um distrito de Encruzilhada. Então, junto com Encruzilhada chega em torno de 26 mil, por aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah! Vinte e seis mil é a população de Encruzilhada, e Vila do Café...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Em torno de Encruzilhada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, do Município todo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E Vila do Café, que é um distrito de Encruzilhada, em torno de 16 mil, é isso? Estou certo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Então, 26 mil é o Município, e o Distrito de Vila do Café em torno de 15 mil, 16 mil, é isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Desculpa. Em Vila do Café não são dezesseis mil, são nove mil e poucos habitantes.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. Não chega a 30 mil, não. Eu me equivoquei aqui. Chega em torno, de tudo, de dezesseis mil e poucos.

(Não identificado) - Dezesseis mil é a cidade toda.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe-me só...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Peço desculpas, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não! Tudo bem, fique tranquila, porque nós estamos... A senhora, deixe eu reproduzir aqui... A senhora... O Município de Encruzilhada, o Município todo a senhora disse que tem em torno de 16 mil, é isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o Distrito da Vila do Café, que é o principal Distrito de Encruzilhada, em torno de 9 mil...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - De 9 mil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o restante do Município, então, seria em torno de 7 mil.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Por aí.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mais ou menos, é esse o desenho? Portanto, o Distrito de Vila do Café é o principal distrito? A principal população do Município de Encruzilhada fica no Distrito de Café?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixa eu lhe perguntar: pelo depoimento que a senhora teve, e pelas informações que nós temos aqui também, esse Município de Encruzilhada... e também o Distrito da Vila do Café é um Município muito pobre. Qual é a economia? A senhora tem ideia de qual é a economia? A senhora foi Vereadora lá, deve ter informações assim, grosso modo, sobre isso. Qual é a economia do Município, qual é a realidade social e econômica do Município, a senhora pode me dizer, mais ou menos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O senhor quer dizer a renda que o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É! A renda, a condição social, econômica, qual é a atividade econômica além de comércio, do que vive o Município de Encruzilhada e o Distrito da Vila do Café?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O Distrito da Vila do Café vive de colheita de café, que é de ano em ano. São três meses a colheita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E essa é a principal atividade econômica do Município?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. E no restante do tempo, é um calamidade!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E é um Município Muito pobre?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Muito pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito pobre. Em geral, é muito pobre.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu gostaria até de pedir aos Deputados que olhem para o nosso Município, que é um Município carente. Tem muitas famílias carentes. A gente não tem médico, não tem... É uma calamidade só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É.



Muito bem. Portanto, se eu estiver errado, foi o que entendi, e a senhora, por favor, me corrija. A senhora teria dito aqui por conta talvez dessa realidade de pobreza, de carência esse costume de doação de crianças, de filhos entre as famílias é muito comum, e imagino que essa doação seja para famílias que tenham condições um pouco mais favoráveis.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Com certeza!.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Famílias que estejam mais em condições... Eu pergunto isso, D. Elizabete, porque a senhora relatou aqui de pessoas da mesma faixa econômica e social adotando crianças de outras famílias.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Certo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, se a condição é muito semelhante de pobreza, de carência, a que a senhora explica esse sentimento de adoção por famílias da mesma condição? Quer dizer, em vez de passar dificuldade ali, vai passar dificuldade aqui, ou vice-versa. Pelos seus depoimentos aqui, já respondido a todos os Deputados, me consta que isso ocorre entre famílias da mesma condição social. A que a senhora explica isso? Por que se dá essa situação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu vou pedir para repetir, por favor, a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tome um pouco de água. Se a senhora quiser aguardar um pouquinho, para a senhora se refazer, a senhora está um pouco nervosa, pode... Eu vou repetir, vou já repetir, para precisar. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então, porque elas acham que a outra família tem mais condição do que elas, e acaba não tendo condição. Aí cria aquele constrangimento entre elas mesmas, que elas acabam não tendo suporte. Então, elas buscam pessoas de fora, porque elas acham que pessoas de outras cidades, de outros lugares, é que têm condição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixe eu entender, D. Elizabete, esclareça-me. A senhora disse, assim, que é um costume — a senhora disse, desde a primeira pergunta feita pelo Deputado Severino Ninho —, que é um costume esse processo de adoção. É uma coisa comum. Quer dizer, além de a



senhora ter participado disso, outras pessoas, é comum, eu entendi desta forma. Correto?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim. A adoção só foi feita depois que eu ajudei essas três mães a doar os filhos, fazer a adoção, porque, antes, não, elas davam os filhos de qualquer maneira, não queriam nem saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, mas deixa eu voltar aqui. Então, a senhora disse que é comum essa prática de adoção. A senhora diz, ao mesmo tempo, que é uma população muito pobre. A senhora diz, ao mesmo tempo, que essa adoção é feita de famílias pobres para famílias pobres.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Também. A senhora disse agora que, talvez por isso, quando elas dão para outra família, elas constatam que a pobreza continua do mesmo jeito, não vai resolver nada, elas resolvem dar para famílias de fora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Inclusive, eu conheço uma pessoa que tem nove filhos e, agora, acabou de pegar mais duas filhas da vizinha, para cuidar, e não tem um salário em casa. São 17 pessoas em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora acha que elas pegam essas crianças mesmo nessa situação, esse exemplo, por que razão?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Porque as mães, muitas vezes, deixam os filhos só e acabam se engravidando de novo, não têm condição de ficar nem com aquela que está, imagine quando vier outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí elas acabam adotando, e aí não dão conta também, e a situação fica quase que do mesmo jeito.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Pede para deixar uns dias, e esses dias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vai ficando.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tem gente que fica até 15, 10 anos...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí, depois, ela constata que também não dá conta.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não dá conta, e aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E aí fica por conta de Deus.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E aí a senhora diz que, a partir dessa situação, essas mulheres... essas famílias acabam, com a chegada de uma família de fora, com condições um pouco mais favoráveis, elas acabam, então, doando para famílias de fora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não precisa nem ser de fora, basta chegar uma família que tenha um comércio, que tenha um trabalho, que chegue para elas, que elas, por ali mesmo, já falam: *"Ah! Eu vou deixar com a senhora"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. E a senhora tem consciência disso. E a partir dessa constatação, a senhora começou a... A senhora já adotou duas crianças, é isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Inclusive, sobre essas duas que estão comigo, a mãe acabou de falecer tem uns quatro meses. Antes de fazer... ir para o médico, pediu-me que ficasse com duas e deixou mais três com outras pessoas. Eu falei: *"Mas eu não posso ficar, porque já tenho duas aqui em casa"*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem duas filhas biológicas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, eu já tenho um homem e uma mulher que moram na minha casa que têm mais duas crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Quantos filhos a senhora tem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu só tenho três. São todos os três casados e moram na casa deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Três, biológicos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já criados, já...



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então, a mãe lá faleceu, e quando a gente foi ver, no fórum, o pai, que era o marido dessa pessoa que faleceu, não é o pai das crianças, e aí está lá, nesse dilema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora — deixe-me entender — teve três filhos biológicos, já criados,...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...encaminhados, casados,...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ...casados, graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...com a vida cada um deles, e está adotando dois, agora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não vou adotar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vai adotar? A mãe...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Está lá. Eu não sei,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, a senhora ainda não sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ...estou aguardando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora está só cuidando deles, por enquanto, porque a mãe faleceu, e a senhora não sabe ainda o que vai fazer, se vai ...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O que vai fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - se vai adotar, se vai passar para o Conselho Tutelar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tem uma que mora comigo, que é minha neta, que mora comigo, porque a mãe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas aí a senhora ajuda a criar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ajudo. Eu crio desde que nasceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora cria sua filha, sua neta biológica. A idade dessas duas crianças, a senhora se...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A minha neta... Assim, a menor tem oito anos e a maior vai fazer dezessete anos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essas duas que a mãe faleceu, e que está com a senhora....

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Uma, que a mãe faleceu e deixou comigo; e tem mais três, que estão com outra família. E tem mais essa. Então, eu tenho duas em casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora tem duas: uma é sua neta; e a outra é essa, que é uma dessas quatro, que a mãe faleceu, que a senhora....

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Porque como ela tinha uma idade de dezessete anos, aí as famílias não querem. Só querem de oito anos acima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essa de dezessete está com a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Está comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a outra é a sua neta?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A outra é minha neta, tem oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Bom, então, vamos voltar aqui. A senhora disse no depoimento na CPI que a senhora.... que as mães lhe procuravam para que a senhora ajudasse nesse processo de adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não! Não me procuravam. Elas continuam me procurando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não! Sim, elas lhe procuravam e continuam lhe procurando.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É, continuam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E procuram outras pessoas também?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Procuram outras pessoas. E as pessoas: *"E aí, Bete, a gente faz o quê?"* Eu falo: *"Oh! Não vou fazer nada."* Aí, quando a gente não faz nada, o que acontece? Quando você chega lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas antes. Agora... A senhora diz que agora não faz nada por conta dessa confusão toda que deu...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. Exatamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas, antes da confusão, essas mães lhe procuravam, eu imagino, porque a senhora é Vereadora, é evangélica, é uma pessoa que.... é enfermeira, e, motivada por fazer o bem, essas mães lhe procuravam, e a senhora tentava, digamos assim, vamos dizer, reduzir a dor dessas pessoas tentando ajudar essas crianças, ...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Amenizar a situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Amenizar essa situação, não é? E a senhora disse aqui também que, no caso dos dois vereadores, que foram já citados aqui, foi por uma intriga política...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora disse também que, além da senhora, essas mães procuravam, imagino, outras pessoas.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Procuravam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Também. E eu lhe pergunto: por que só com a senhora teve essa confusão? Veja bem, a senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Os dois vereadores, a senhora já disse, foi por questões políticas e eles, vamos dizer, plantaram uma casca de banana para a senhora escorregar...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E cair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... armaram o jogo, e a senhora caiu.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E as outras situações, eram motivadas por quê? Porque, veja bem, nós temos aqui imagens do *Conexão Repórter* em que a senhora — veja bem, eu estou me reportando admitindo a hipótese de que as imagens sejam verdadeiras, se não for uma maquiagem, uma montagem, ...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... eu não estou falando nessa hipótese, que pode ocorrer também, mas não creio que seja o fato — ...a senhora, nessa reportagem, é flagrada negociando, conversando, discutindo,



acertando valores para processo de adoção. Está tudo aqui. Outras situações, em que a senhora é citada também: o caso da Adeídes, que a senhora já se reportou; o caso da Amanda; o caso do Ademilson; várias situações e outras. A senhora atribui isso tudo uma armação para lhe prejudicar? A senhora contrariava, como Vereadora, muitos interesses na cidade? Qual é a explicação que a senhora dá? A senhora já se reportou a dois Vereadores, mas nós estamos vendo aqui — a senhora já admitiu, pelos diversos casos que a senhora respondeu — que há outras situações que a senhora operava... e admitindo... a senhora dizendo que é por uma situação de caridade, de sensibilidade social, de... tentava ajudar de alguma forma para reduzir a dor dessas famílias, que, muitas vezes,... para poder até ver se essa criança conseguia comer todo dia, vestir, estudar, sei lá. Mas eu lhe pergunto: a que a senhora responsabiliza, fora o caso dos dois Vereadores, para toda essa repercussão que teve lhe envolvendo, negociando valores de cem reais, de cinquenta reais, depoimentos de mães dizendo que a senhora chegou lá, ofereceu, negociou, ela deu, e nunca mais viu o filho. Enfim, tudo isso que já foi, de alguma forma, aqui citado por alguns que nos antecederam. A que a senhora atribui isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - De qualquer forma, se eu responder pro senhor... Eu sei que é difícil pro senhor acreditar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA -... mas eu nunca negocie nada com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas, então, por que... A pergunta que eu faço é a seguinte: fora a situação dos dois Vereadores, por que toda essa confusão girou em torno da senhora e não de outras pessoas? A senhora diz que era comum na cidade esse processo de adoção, de segura aqui, cuida de um filho ali, cuida de uma criança ali. A que a senhora atribui toda essa confusão?

A senhora perdeu o mandato provisoriamente, foi suspenso o seu direito de mandato, depois a senhora conseguiu retornar, a senhor foi presa, o Ministério Público... Quer dizer, se fosse uma coisa — e aí desculpe a minha... Se fosse uma coisa só dos dois Vereadores, armada... A pessoa que foi lá estimular era ex-assessora do Vereador, tentando lhe incriminar por conta de uma disputa da Presidência da Câmara. Eu já fui Vereador — quatro mandatos —, muitos aqui já



foram, isto é muito comum, está certo? Muito comum essas disputas paroquiais, você muitas vezes exagerar e chegar ao ponto de incriminar uma pessoa, de tentar incriminar para tentar “demoniá-la” diante da opinião pública e fazer...

Enfim, isso tudo nós entendemos. Mas o que me incomoda, D. Elizabete, é que toda esta confusão não está apenas motivada por esses dois Vereadores ou pelos prepostos desses Vereadores. Aqui tem Ministério Público, tem conselho tutelar que denuncia, tem mães diversas, tem uma filmagem com o diálogo da senhora negociando valores, 100 reais, 50 reais. A que a senhora atribui toda essa confusão? Eu estou pedindo para a senhora fazer a sua defesa.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Oh, o que eu sei é que eu... Eu só sei uma coisa: eu nunca negocie nada, valores com ninguém. E o senhor disse que, se uma dessas pessoas era assessora dos Vereadores... Era funcionária; eles mandavam me procurar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas isto é um caso. São vários aqui. Os outros a senhora admite...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eles passaram 3 meses com essas mulheres pra cima e pra baixo, indo ao fórum. O promotor me chamou. Ele falou: *“Dona Bete, a senhora... Eles pegaram uma carona na asa da senhora e fizeram todo esse reboiço”*. O promotor me disse isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual promotor?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O Dr. Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dr. Márcio. Mas esse promotor lhe incrimina também.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - No início, ele me pintava como se eu fosse monstro. Depois que ele viu a realidade que ele me falou isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora diz que tudo isso, promotor, conselheiro, mães, tudo isso é uma conspiração contra a senhora, motivada por esses dois Vereadores?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Um lugar pequeno... O senhor imagina uma pessoa morando em um lugar pequeno... São procuradas por todo mundo daquele lugar. O que o senhor acha que a pessoa quer fazer? Quer mais é deixar a imagem lá embaixo e acabar com tudo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dona Elizabete, veja bem, eu estou querendo que a senhora me convença, estou querendo esclarecimento, sinceramente, sinceramente. Eu já entendi que, por conta de uma disputa na Câmara, da Presidência, a senhora era alinhada com a Prefeita, pelo que a senhora disse — eu entendi —, e eu suponho que o seu Vereador adversário, o seu algoz queria... É adversário...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E era ex...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ...apesar de vocês serem do mesmo partido.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E ele era ex-genro da Prefeita...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ex-genro da Prefeita...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E então criou uma rixa com todos os familiares da Prefeita, inclusive com a Vereadora filha da Prefeita. E nós somos colegas e companheiras, trabalhamos junto. Então, virou uma polêmica só naquele lugar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Eu entendo, mas...

Então, ele tentava lhe atingir.

A filha da Prefeita era Vereadora também?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, o que não está batendo na minha, no meu quebra-cabeça é... O que não está batendo na minha cabeça: se a senhora diz que essa prática era uma prática comum, portanto exercida por diversas pessoas... Uma prática comum numa coletividade, não é só a senhora que praticava esse tipo de gesto de caridade, várias outras pessoas. A senhora disse aqui várias vezes. Se era uma prática comum, se esse Vereador contrariava os interesses da Prefeita e da família da Prefeita, e a senhora se alinhava, eu pergunto pra senhora: para além desse caso da Amanda, que a senhora diz que é ex-assessora do Vereador, tem várias outras denúncias contra a senhora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, eu não...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Várias outras. Eu pergunto a que a senhora atribui. A senhora diz: *“Não, isso tudo é por conta da questão do Vereador”*. Então...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Olha, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Diga.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ... eu não disse que a Amanda é assessora do Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Hã.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela apenas trabalhava na roça dele. Ele tinha roça de café.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, desculpe. Eu... Quer dizer, mas tinha algum vínculo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Muito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Era, vamos dizer, era de interesse da Amanda agradar as intenções do Vereador, porque ela já tinha trabalhado, tinha amizade, enfim. Mas e... Então, a senhora diz que o caso da Amanda foi por quê? E os outros casos, e a gravação? A senhora diz que aquela gravação foi montagem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu acredito que sim, porque eu me vi naquela filmagem com uma roupa que eu nem nunca tive na vida. Eu nunca vesti um vestido vermelho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aquela Elizabete que aparece ali naquela reportagem que foi pro Brasil inteiro a senhora diz que não é a senhora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, sou eu. Mas eu quero saber de que forma que eu estou sentada na casa da mãe da Amanda, se eu nunca fui, eu não conheço a casa da mãe da Amanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas eu digo: aquela senhora, com aquela vestuária ali, aquela vestuária não era sua?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Sentada na minha casa? Sentada na minha casa sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas eu estou dizendo aquela na casa da mãe da Amanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tem três imagens com a senhora, concorda? A senhora diz que uma das imagens não é a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, mas... Eu disse assim: que eu nunca estive em casa de mãe da Amanda. Eu não conheço a mãe de Amanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E como é que a senhora explica? Então foi uma montagem, a senhora acha que foi uma montagem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não sei, eu não sei explicar para o senhor. E só os profissionais de lá é que sabem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aquele vestido também não é seu.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora conhece a Dona Bia? Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então, essa que é... É que foi com o rapaz do Conselho dizendo que era da ONG.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, me explique essa situação da Bia. A senhora pode nos...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Então, ela disse que era de uma ONG, só que, quando... Ligou pra minha casa, que estava vindo um pessoal de uma ONG, que estava hospedada em hotel não sei onde, que eu não lembro esse fato direito. Só sei que, quando ela chegou em casa, ela chegou com a Amanda junto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Bia? Então a senhora conhece a Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, vi uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é, que ela esteve na sua casa.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Chegou na garagem de casa e conversou ali comigo. Eu falei: "Ué, já..."



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas o que que ela conversou? A senhora podia... Eu queria que a senhora detalhasse.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela foi para a casa da Amanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Conversou comigo e foi pra casa da Amanda e falou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas o que que ela conversou com a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela conversou comigo o seguinte: que ela era de uma ONG, que ela ajudava as pessoas, que ela tinha interesse de ajudar naquele lugar. Então, eu comecei a chamar ela pra ir pros bairros carentes pra olhar. Só que na prática...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas ela queria ajudar como? O que que ela lhe...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela disse que queria ajudar com... As famílias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Adotando crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela disse que era com alimentação, que era com agasalho, e que... Aí, na hora, chegou a Amanda junto, chegou atrás dela e falando com ela, como se conhecesse, e aí eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá. Então ela não chegou junto com a Amanda, ela chegou primeiro, conversou com a senhora, e depois a Amanda chegou, foi isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Agora, no momento eu não lembro assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Se ela chegou junto ou se ela chegou antes...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu sei que elas já tinham conversado em algum lugar, eu creio.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não se lembra se ela chegou junto ou chegou depois?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu sei que elas apareceram junto lá. Aí, eu falei assim: *“Ah, Amanda essa mulher é a que você disse que estava vindo, a que você tinha doado o seu filho?”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, então, a Amanda já tinha comentado com a senhora antes de essa Bia aparecer.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Antes. A gente andando no ônibus junto, ela comentou comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que que ela comentou?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Que ia chegar uma mulher na minha casa que era da ONG, que o Vereador tinha falado com ela, que essa mulher ia ajudar a família dela, criar os filhos, que ia levar ela para trabalhar com ela, e que ia adotar o filho dela. E aí pronto, foi a conversa. Aí, a Amanda chegou em casa, que eu lembro que eu disse para a Amanda: *“Amanda, é essa a mulher que você disse que...”*; *“É, mas eu resolvi..”*. Eu falei: *“Mas ela já veio para isso? Você não já foi no fórum e tudo o mais, e agora é assim?”*. Aí elas saíram junto. Pedi à mulher da ONG, essa tal de Bia, para me acompanhar. Só que a gente desceu da minha casa até uma praça, e na praça ela sumiu, do nada ela desapareceu. Aí, com 3 dias depois, eu fiquei sabendo que ela estava hospedada em um hotel, junto com esses Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ela foi lhe pedir ajuda para ajudar essas famílias carentes.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Pra mim indicar as famílias carentes que tinha no povoado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas não falou de criança, de adoção, de nada?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Amanda disse que ia adotar, que ia fazer uma adoção, que ia estar até com advogados e tudo o mais para fazer a adoção. Ela me disse isso, eu me lembro bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Bia ou a Amanda? As duas?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Bia que falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - *“E, olha, a gente vai montar ONG aqui, a gente vai ter...”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dona Elizabete, deixe eu entender, eu vou lhe repetir, porque a senhora está se contradizendo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Foi muita confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora disse ainda agora que ela não falou em criança, não falou em nada, não falou em adoção; era apenas para ajudar os em situações carentes. Agora a senhora está admitindo que a Bia e a Amanda... A Amanda já tinha lhe falado sobre a adoção, e a Bia, quando foi na sua casa, falou de adoção de crianças, e aí vocês saíram para a praça e depois ela desapareceu. Foi isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Só que a Amanda saiu antes da gente. Saiu e falou para ela: *“Estou te esperando em tal lugar”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tá.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E a Bia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora, deixe eu só... A Bia chegou com a senhora, a senhora não se recorda do detalhe se ela chegou junto com a Amanda ou se a Amanda chegou depois.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não lembro se chegaram juntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é. Aí, conversaram com a senhora sobre isso, falando inclusive de criança, de adoção, e depois a Amanda saiu e deixou a Bia lá, e a senhora disse pra Bia que ia procurar. Saíram pra praça e ela depois desapareceu. Foi isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Amanda falou para mim no ônibus que ela estava, que ela ia fazer a adoção do filho dela para uma amiga dela, e que ia chegar, e que essa amiga dela ia trabalhar lá em Vila do Café.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Seria essa Bia.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Que era... Ela não sabia o nome da mulher. Ela disse que era uma mulher que ia chegar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, mas depois a senhora constatou que era a Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Aí, quando a Bia chegou, aí eu não lembro se a Bia veio... Se a Amanda chegou seguinte, se chegou junto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E a...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Começaram elas duas conversando, e eu me preparando para sair.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eu pergunto de novo para a senhora: nessa conversa, elas falaram em adoção, em crianças?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Elas duas conversando, e aí eu falei: "Ah, Amanda, é essa a mulher que você disse que ia adotar?", "É, mas eu estou resolvendo".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Falou em adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Falou em ajudar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deixa ela responder, Doutor, tá? Depois, o senhor... Ela pode lhe consultar, mas deixe ela responder, porque aqui o depoimento não é seu; é dela.

O SR. GUTEMBERG MACEDO JÚNIOR - Não, Presidente, eu sei, mas é porque a minha cliente deu uma resposta para o senhor que a Amanda tinha dito que ia adotar, mas não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas deixe ela esclarecer. O senhor pode orientá-la, o senhor não está aqui para depor. Eu quero que o senhor possa...

O SR. GUTEMBERG MACEDO JÚNIOR - Não é isso. Eu estou dizendo que a resposta dela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas ela diz a resposta. O senhor orienta, ela responde.

O SR. GUTEMBERG MACEDO JÚNIOR - Ela disse a resposta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu não vou ouvir a sua resposta, Doutor, por favor.

Eu queria que a senhora respondesse se a Amanda e a Bia, nessa conversa... Veja bem, a senhora pode me corrigir do jeito que a senhora quiser, Dona Elizabete, eu estou aqui para esclarecer. Eu não tenho pré-juízo, prejulgamento feito sobre a senhora, eu quero só esclarecer os fatos. A senhora disse que a Amanda já tinha lhe falado que ia chegar uma pessoa de uma ONG de fora para falar sobre o processo de ajuda às famílias carentes e de adoção.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí a senhora disse que a Amanda chegou na sua casa, na garagem da sua casa, a senhora disse isso aqui...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não sabe precisar se elas chegaram juntas ou se a Bia chegou primeiro e, depois, a Amanda. A senhora não sabe com precisão, a memória é falha, eu sei disso.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não sei. Eu só sei que antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu acredito que elas tinham conversado, porque quando ela chegou elas não falaram assim: "*Oi, tudo bem?*". Não. Elas já chegaram já discutindo a forma de adoção. E eu falei: "*Ué...*"

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, elas chegaram juntas.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. Eu falei: "*Mas você não disse que não ia doar mais o seu filho? Que não ia doar?*" Ela falou assim: "*É, eu estou resolvendo*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Amanda disse que estava resolvendo se ia doar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Aí, eu perguntei pra Bia: "*Bia, você veio de tão longe dizendo que era de uma ONG, você veio foi fazer adoção?*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, a senhora chegou a questionar isso?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. *“Você não disse que era de uma ONG?”*. Ela: *“Depois a gente conversa isso”*. Então, quando eu saí com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, no seu entendimento, a Amanda já tinha acertado com a Bia a adoção da filha dela pra Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já tinha acertado. Tanto que essa Bia já tinha alugado casa em Inhobim, uma cidade, um povoado próximo a Encruzilhada. Depois que passou tudo isso é que eu fiquei sabendo, que tinha alugado uma casa para ela, tinha aberto uma conta no banco, e que até o início do ano passado a Amanda ainda recebia do *Conexão Repórter* uma pensão por mês, que eu não sei o valor, nem... Eu só sei que ela mostrou à juíza o cartão do banco, o número da conta, e que eles estavam depositando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Da Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Bia. Estava depositando. Só que quando houve, que eu fui para a delegacia, e tal, que passei um período lá, eles pararam de depositar o dinheiro pra ela. Aí ela chegou até a questionar no dia, que ela foi ouvida junto comigo, que ela tinha parado de receber o dinheiro e por quê? O que que ela ia fazer? A juíza falou assim: *“A senhora estava recebendo o dinheiro?”*. Ela: *“Estava, do Conexão Repórter. Eu recebo todo mês 260 reais”* — eu acho que era isso, não lembro direito. E recebia a cesta básica e o depósito e os brinquedos que vinham todo mês para os filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora chegou a receber algum dinheiro na sua conta?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Que eu tenha conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas a senhora checkou tudo, a senhora disse que não recebeu.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, porque eu tinha uma conta corrente com o meu ex-marido e, quando aconteceu isso, eu não fiquei mais com o cartão em mãos, e aí eu não sei o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora não tem, portanto, certeza.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, não tinha...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pelo que é do seu conhecimento, a senhora não recebeu.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, nunca recebi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora se disporia a abrir o seu sigilo fiscal, bancário?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já foi aberto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Foi aberto já?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E não foi constatado nada? A senhora não sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabe.

A senhora conhece... Quantos Conselheiros Tutelares tem lá no Município? São cinco, são quatro...?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu não sei o número, eu não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora disse que tem uma filha, que tem uma sobrinha, que tem um parente, que tem amigos, e a senhora não sabe quantos são?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, eu falei de uma filha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Que é Conselheira.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - ...e de uma sobrinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E uma sobrinha.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas foi depois disso que elas... Só tem 3 anos que elas estão no Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E a senhora sabe quantos Conselheiros são?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Se não me engano, parece que são sete conselheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sete conselheiros.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas eu não lembro o nome deles. Ou são cinco... Não sei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Cinco ou sete, é, geralmente são cinco. A senhora conhece a Sra. Carmem Topschall?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Carmem? Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, não sabe quem é, nunca ouviu falar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não conhece.

Tá bom. Muito obrigado, Dona Elizabete, pelos seus esclarecimentos.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Amauri; em seguida, ao Deputado Severino Ninho e, depois, ao Deputado Luiz Couto novamente e à Deputada Flávia para as considerações.

Pois não, Deputado Amauri.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Bom dia, Deputado Arnaldo, bom dia Sra. Elizabete, eu sou da Bahia, sou do interior da Bahia, como a senhora, de um Município também do agreste nordestino, então, os nossos Municípios têm realidades semelhantes. Eu conheço um pouco as realidades, a realidade em que a senhora vive.

A senhora é técnica de enfermagem e antes de ser Vereadora a senhora trabalhava com quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Técnica de enfermagem.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Em que instituição?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Saúde pública.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Trabalhava em hospital, em maternidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Na unidade de saúde.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Num PSF?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Num PSF, isso.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - E lá era comum as grávidas fazerem pré-natal? A senhora acompanhava as grávidas no pré-natal?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não é comum, porque nem todas elas aceitam o pré-natal.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Mas a senhora acompanhava. A função da senhora era lidar com as grávidas no pré-natal?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, quem acompanhava as grávidas era a enfermeira-chefe da unidade. Eu fico no posto de emergência, que é o pronto-socorro, e fico na sala de vacina.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Na sala de vacina e no posto de emergência.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A senhora não acompanhava a enfermeira-chefe nos pré-natais?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, quem faz o pré-natal é a enfermeira-chefe da unidade.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sim, mas a senhora não acompanhava, não tinha interesse, dentro do PSF, por essa área?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Quantos votos a senhora teve na eleição da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Trezentos e oitenta e seis.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Qual era a plataforma principal da senhora na eleição, como Vereadora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Como assim?

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Qual era a plataforma principal, qual era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - As bandeiras da sua campanha.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A bandeira, o que que a senhora prometia ou acenava para...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Saúde em primeiro lugar.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Saúde em primeiro lugar.

Esses parentes da senhora entraram no Conselho Tutelar por quê?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Lá tem...



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Como é que eles se interessaram pelo Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Lá tem uma votação, eles fazem uma prova e, na prova, se eles conseguirem... Não sei como é que é, eu não sei explicar.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Mas a senhora conversou com eles.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, porque...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Convenceu eles a entrarem no Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, porque, quando eles fizeram a prova, eu não estava, eu estava em tratamento em São Paulo. Quando eu cheguei, já tinha passado. Foi no ano da eleição.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Mas a senhora em nenhum momento induziu eles a entrarem no Conselho Tutelar?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, que, se eu pudesse, a minha filha não estaria trabalhando no Conselho.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Essa prática que a senhora relata de que famílias do mesmo poder aquisitivo adotam filhos de famílias também com poder aquisitivo baixo não é comum no interior da Bahia. A gente não... O Padre Luiz Couto também é da Paraíba, Severino Ninho é de Pernambuco, e nós não temos conhecimento de famílias pobres adotando filhos de famílias pobres. No Nordeste isso não é comum. Essa prática de uma família do mesmo poder aquisitivo, com a mesma dificuldade adotar não seria um estágio inicial para outra família adotar? A indução?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Se o senhor quiser, eu passo o telefone de uma família, de uma não, eu passo de mais famílias que criam filhos de outras famílias que são bem próximas a casa delas.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - E cria de forma definitiva ou...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Cria da maneira que ela tenha condição, na condição dela.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Tem família lá que tem 5, 6 anos criando filhos de outras famílias pobres?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho, tenho. Eu passo o telefone dela pro senhor.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Isso é comum lá no Distrito de Café?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Vila do Café.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Vila do Café.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É comum. Eu tenho uma irmã que tem 14 filhos e cria três filhas, três crianças, três mocinhas, dos outros. Pegou na idade de 9 anos e hoje já está com 18 anos.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - De outra irmã ou de pessoas estranhas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - De uma sobrinha dela.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - É, eu estou falando é de adotar de pessoas estranhas...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E de um...

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - ...e não do mesmo núcleo familiar.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. E ela cria uma também de um pessoal que chegou lá pra pegar café há uns 15 anos atrás e acabou indo embora e deixando essa moça lá. Hoje essa moça já é casada, tem filhos e convive lá com eles.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Essas pessoas que a senhora conduziu para serem adotadas por outras famílias, a senhora conduziu apenas por questão humanitária?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A senhora não tem nenhuma ligação com pessoas em Jordânia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Jordânia?

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Jordânia em Minas Gerais.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - No momento, que eu tenha, não conheço, não me lembro.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Nenhuma pessoa em Jordânia? A senhora não tem ligação com nenhuma pessoa fora de Encruzilhada que faz adoção, que tem instituições que adotam, que é ligada a organizações estrangeiras?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, Jordânia nem nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Nem em Jordânia nem em outras cidades?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Nem em Vitória da Conquista?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Também não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Essa ONG que a senhora se reportou, ela é de onde?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Aí que tá, que eu não tive nem como eu saber dela mesma de onde ela era.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Não é de Jordânia?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Ela disse que era de São Paulo, porque o que eu vi foi a placa do carro, que era de São Paulo.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Mas a senhora não sabe?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não sei mais nada, não sei detalhes, não tenho... E essa mulher também desapareceu.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - A senhora não recebeu nenhum valor monetário nessas adoções?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Nenhuma ajuda?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - E as famílias receberam?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não sei. Eu creio que não, porque as famílias vivem lá, trabalham na roça. Eu creio que não. Se tivessem recebido alguma coisa, eu creio que elas já tinham... Eu também não tenho assim perguntado também.



O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - No PSF, a senhora não tem acesso ao cadastro das gestantes que fazem pré-natal, ou a senhora tinha acesso a esses cadastros?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, quem tem o cadastro das gestantes é outra... Tem uma recepcionista que faz o cadastro das gestantes.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Essa recepcionista é parente da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - É amiga da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Deu acesso a esse cadastro a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, mas pra que eu queria acesso ao cadastro?

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Para conhecer as gestantes, para saber quem são as gestantes.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas eu não tenho interesse de conhecer gestantes, Deputado.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Sim, nós estamos querendo saber. A senhora nunca teve acesso ao cadastro?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Se elas iam lá em casa ou vão lá em casa, é por conta própria. Minha casa é pra todo mundo.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Mas nunca lhe deu acesso ao cadastro?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. E não tenho interesse de ter cadastro de nenhuma gestante.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Flávia Moraes) - Gostaria de passar a palavra ao Deputado Severino Ninho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - D. Elizabete, com o andamento das perguntas, outras perguntas surgiram.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sim.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora fique ciente de que a nossa função não é de acusar a senhora. Nós estamos investigando.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Certo.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, a senhora entenda que as perguntas que nós fazemos é buscando a verdade, o esclarecimento, para, no final do relatório da CPI, a gente decidir o nosso ponto de vista.

A senhora falou que isso partiu de uma intriga de um Vereador que lhe ofereceu 70 mil reais pra senhora votar nele pra Presidente da Câmara. Salvo engano, foi isso que a senhora disse. Como é o nome do Vereador que lhe ofereceu esse valor e onde foi isso? Alguém presenciou?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Presenciou.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O nome do Vereador e de quem presenciou.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Quem presenciou... Ele me chamou na casa de uma pessoa que mora na rua próxima a casa dele. Sentou lá, ficou aguardando. Quando eu viesse do meu trabalho, ele atravessou o carro. Quando eu cheguei que eu ia passando, aí eu buzinei para ele tirar o carro. Ele: *"Não, que eu estou aqui te esperando"*. Essa senhora chama Elzenir Américo da Costa. Ela...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Elzenir...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Américo da Costa.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Foi na casa dela?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Foi. Só que ela me pediu...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Que ele estava lhe esperando?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É, me esperando. Lá estava um bolo que ele tinha comprado, mandou fazer café e estava me aguardando. Quando eu cheguei que eu disse pra ele que não, que não era assim, que a gente, que não era dessa forma que a gente conseguia a Presidência da Câmara, que eu achava que tinha que ser por uma forma correta, aí foi aonde que ele chamou o outro colega que foi à noite na minha casa também pra me oferecer um carro. Na época me ofereceu um carro e me ofereceu uma quantia em dinheiro também, levou até o dinheiro.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, de manhã, na casa da senhora...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, 5 horas da tarde.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Na casa da senhora El...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Elzenir. E, à noite, na minha casa.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como é o nome do Vereador que lhe ofereceu esse dinheiro?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Gileno Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Isso foi na eleição para a Mesa da Câmara do ano de...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - De 2010.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - De 2010. A senhora foi eleita em 2008...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tomamos posse em 2009.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Em 2009, 2010... Então, foi para o último...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Em 2009.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - ...para esse último biênio agora, não é?

(Não identificado) - Não. O primeiro biênio.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, foi em 2008. Foi no final de 2008.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então foi para o primeiro biênio da Mesa da Câmara.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E, à noite, ele voltou a lhe oferecer agora um carro na presença de um Vereador. Como é o nome do Vereador?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Esse Gileno que foi na minha casa à noite.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas levou um Vereador com ele, não foi?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, ele levou uma pessoa que hoje já é falecida já, que era cabo eleitoral dele.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como era o nome dessa pessoa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Era Rosângela Santos Lacerda.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E ele ganhou a eleição ou não, esse Gileno?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Agora, a senhora denunciou isso, essa tentativa de corrupção que ele fez?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu já fiz tanta denúncia daquele homem...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas a senhora denunciou isso por escrito, na época?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Cheguei ir até a Câmara, chamei o Presidente no ano seguinte, chamei a Prefeita antes, pra gente poder fazer uma denúncia, aí eles disseram que deixasse pra lá, que não sei o quê...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E a senhora não denunciou à Justiça, nem à polícia? Não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - *(Ininteligível.)* Até hoje ele me persegue.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora denunciou à polícia, à Justiça, ao Ministério Público essa tentativa de lhe corromper ou não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu só chamei ele e falei pra ele assim, e ele disse que era melhor eu ficar calada. Já que eu não aceitasse, que eu também ficasse quieta.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Muito bem. A senhora disse que pelo menos três mães a senhora ajudou nas adoções, que a senhora chama de adoções legais. A senhora admite que ajudou em três adoções. Alguma dessas mães depôs contra a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não.



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não. Algumas dessas mães são suas testemunhas de defesa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Quantas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Lá... Têm duas que estão lá agora e uma que acabou de viajar...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Como é o nome delas que são suas testemunhas de defesa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ana Paula Ferreira, que eu acredito que se encontra lá ainda; a Adeídes Mares, eu acho que foi, também deve ter ido, que ela fez uma cirurgia...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, elas são suas testemunhas de defesa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A que processo a senhora responde? Processo criminal, responde a algum?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Responde.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora responde a quantos processos? Criminal...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Um só.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Um. Por adoção ilegal. Digamos que seja esse o processo. Eu sou advogado, imagino que seja esse.

E cível? Alguma ação de improbidade? Ou a senhora não sabe responder? Só responde a um processo?

A senhora já foi... Já foi julgado esse processo ou ainda está em fase de andamento?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Está em fase de alegações finais.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Essas adoções que a senhora disse que foram legais, alguma delas foi anulada pela Justiça, ou as crianças continuam com aquelas mães ainda?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, continuam.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Não foi nada anulado?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, porque, na época...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Houve alguma ação pra anular do Ministério Público?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. A juíza perguntou às mães se queriam que movesse alguma ação, se elas queriam que as mães trouxessem ao Município para ver o que fazia. Elas disseram que não, que deixassem as filhas delas onde estavam.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora disse que é procurada pela população hoje ainda, mas que hoje não faz mais... Mas outros vereadores, na época ou hoje, são também procurados pelas pessoas pra intermediar, pra ajudar esse...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - São. São procurados, sim.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Que outros vereadores a senhora poderia citar aqui?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Têm outros vereadores lá que são procurados. Nem são vereadores, são pessoas também de lá.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas eu falo vereador, especificamente. Alguns dos atuais vereadores já ajudaram em alguma adoção?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ah, tá.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora sabe o nome desses vereadores? Pode dizer?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Desculpe, Deputado, eu não vou responder.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Muito bem.

A senhora falou que morreu uma pessoa que eu não lembro o nome, e que os filhos estão com a senhora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Uma filha está comigo. Três estão com famílias lá esperando...



O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Uma das filhas dessa pessoa que faleceu está com a senhora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É, que eu tenho duas, mas uma...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Qual é a idade dessa... É uma criança?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Dezesete anos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Há quanto tempo está com a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Têm uns 2 anos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Tinha 15 na época?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Era.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E essa pessoa que faleceu não deixou parente nenhum? Avô, pai...?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Deixou muito parente lá. Os parentes moram todos lá. E nenhum parente ficou com os filhos dele.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E quem foi que levou essa adolescente para a senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu peguei a mãe na roça.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A mãe já tinha morrido, não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu cuidei da mãe. Tem 3 anos que eu estou levando a mãe para fazer tratamento de C..A.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Certo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Internei a mãe em Conquista, coloquei na Casa de Apoio. Aí ela veio a falecer, e as crianças ficaram lá.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas eu quero saber quem... Foi a criança que decidiu ir para sua casa? Foi a senhora que foi buscar? Foi um parente que lhe deu? Como é que foi isso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela chegou na minha casa. A mocinha chegou na minha casa me pedindo para ficar comigo. Aí eu fui até a casa da mãe, na roça. A mãe já estava doente.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Ah, não tinha morrido ainda?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Aí a mãe falou que ela ficasse comigo até ela cuidar da saúde, para ver se...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - E a senhora não procura o Poder Judiciário para legalizar? Fica...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já procurei, mas eu estou esperando a família decidir se alguém vai querer ficar com ela.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora vive de quê, Dona...? Permita-me lhe perguntar. Quais são as suas rendas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu sou funcionária pública.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Certo. Técnica lá de Encruzilhada, né?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Qual o salário de uma técnica lá, com todas as vantagens?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mil e poucos reais.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora tem outras rendas fora essa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora poderia declinar para nós que rendas são essas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho salário de Vereador.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Certo. Tem imóveis alugados na cidade?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho uma casa alugada.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Depois que a senhora foi eleita? Ou, antes, já tinha essa casa?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Antes. Tem muito tempo. Essa é uma casa que foi deixada pelo meu pai.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A Câmara instalou alguma CPI para apurar esse problema das adoções? Houve alguma CPI, lá na Câmara Municipal, para investigar este caso?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - *(A depoente consulta o advogado.)* Não sei.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora é Vereadora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Lá são nove Vereadores, não é isso? E a senhora não sabe responder se foi instalada uma CPI para investigar esse caso? Ou não quer responder?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não lembro.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Muito bem. Essa menina que a senhora tem lá, 17 anos, estuda?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Estuda.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Escola pública ou particular?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Escola pública, porque a escola particular que tem lá... Só tem uma escola particular. Não tem. Só tem para menores de 11 anos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Ao todo, quantas pessoas a senhora, entre... Seus filhos já são casados.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - A senhora tem o seu esposo? É casada?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Agora tenho.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Certo. E quantas pessoas vivem com a senhora, além do seu esposo, na mesma residência?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu e meu esposo e as duas moças. E tinha um casal que estava morando comigo até eu providenciar uma casa pra eles alugarem. Mas, graças a Deus, já conseguiram.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, são um casal...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Já não está mais na minha casa.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Mas esteve até bem pouco tempo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Esteve...

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Ficou quanto tempo com a senhora?



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sessenta dias só.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Dois meses?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - O casal é de lá mesmo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É filho de uma vizinha minha que a gente conhece desde os 35 anos.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Então, seriam, no caso, na época, o seu esposo e a senhora, esse casal e mais três jovens — essa menina que a mãe faleceu e mais duas.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. A menina que a mãe faleceu e a que eu crio.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Ao todo, na época, eram seis.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Era. Mas isso tem poucos dias, esse casal. Sessenta dias só que ficou lá.

O SR. DEPUTADO SEVERINO NINHO - Está bom, então.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Passo a palavra à Deputada Flávia, para fazer as suas considerações.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elizabete, só para registro nosso, o nome do seu advogado, completo, e o registro dele, da OAB.

O SR. GUTEMBERG MACEDO JÚNIOR - Gutemberg...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora fala. A senhora não sabe o nome dele?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Sei.

O SR. GUTEMBERG MACEDO JÚNIOR - Mas ela não vai saber...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Pode falar a senhora mesmo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mas ele... O RG dele... Eu não tenho acesso ao RG, né?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas ele fala, e a senhora fala.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.



Gostaria só que instrísse a eles, dizendo ao advogado — como não pode usar o microfone — que fale para ela o nome, o número da Ordem, para que ela possa transmitir.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Obrigada.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Muito obrigado.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Gutemberg Macedo Júnior, OAB - Bahia, 11.865.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - D. Elizabete, a filha que a senhora cria há 17 anos, do casal falecido... Não há nenhum procedimento legal, né?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Ela é registrada em nome da mãe...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nem a guarda. A senhora não tem nem a guarda provisória dela?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, porque a mãe tem 4 meses que faleceu. Então, eu estava esperando que a família viesse. Se os tios dela... Ela tem tanto parente.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora tem ciência de que essa guarda que a senhora tem é ilegal?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Tenho. Já falei com ela várias vezes que ela tem... Fui na casa da tia dela, falei com a tia se ela não poderia ficar lá...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora procurou o Conselho Tutelar, para acompanhar esse caso?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Já procurei. Eu fiquei de voltar lá dia 15 de dezembro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - O Conselho Tutelar marcou para o dia 15 para resolver a situação de 4 meses?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, para mim levar ela lá, para ver se a família vem até o Conselho, ver o que eles vão resolver, porque eu não pretendo ficar com ela.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Enquanto isso, a senhora preferiu ficar com essa guarda ilegal, mesmo sabendo que é ilegal. Mesmo nesse contexto



todo que a senhora está vivendo, a senhora preferiu assumir essa guarda ilegal dessa menina de 17 anos?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É, mas... Onde que eu poderia deixar ela? Não tem uma Casa de Apoio, um Centro de Apoio. Não tem uma...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E o Conselho Tutelar não tem juiz? Advogado? Ninguém?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não resolve nada, por enquanto.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas há 4 meses que está nessa situação, na casa da senhora, esperando uma...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - O Conselho Tutelar já está informado que ela está na minha casa. Mandei chamar minha filha, porque... Lá na minha casa, conversei com ela, e falei: *“Olha, você vai levar essa informação direto ao promotor, quem seja, para poder tomar uma atitude, porque eu preciso resolver”*. Aí ela foi também, junto comigo, na casa da tia, perguntar à tia se.... *“Não”* — a tia respondeu para mim que não, que ela já está com um, que ela não sabe o que ela vai fazer.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora vai muito a São Paulo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não, só vou em tratamento. Minha filha mora lá.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora conhece a D. Deídes?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Conheço

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É uma das testemunhas da senhora?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Conheço.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É uma das testemunhas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora falou em três mães que estão testemunhando a favor da senhora: a Ana Paula...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A Deídes...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A Deídes...



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E a Amanda também foi testemunha a favor.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Amanda também. As três, né?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Hum. Foi. Só que a Amanda não está mais no Município.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E eu queria, já encerrando — nós devemos estar encerrando esse depoimento —, sugerir ao Presidente que essa CPI tome alguma providência, imediatamente, em relação a essas quatro crianças que estão sob guarda ilegal, sem nenhum parecer do Conselho Tutelar, nenhuma providência local. Que nós possamos fazer um encaminhamento no sentido de dar, de buscar a legalidade dessa permanência desses quatro filhos que tiveram a sua mãe falecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Com certeza. Vamos acolher o seu encaminhamento, Deputada Flávia.

Eu pergunto se há algum Deputado e alguma Deputada que ainda queira usar a palavra, alertando que nós temos ainda mais uma pessoa para ouvir, que é a advogada...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, como a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... A Elizabete, a Sra. Elizabete falou hoje que o sigilo bancário e telefônico dela foi quebrado. Que V.Exa. possa solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É. Nós vamos encaminhar...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não... Que possa solicitar para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A informação que foi passada é de que ela já autorizou a quebra do sigilo. Nós vamos pedir essas informações, que já devem estar disponíveis tanto no Ministério Público quanto no Poder Judiciário, as informações já passadas de todas as quebras havidas. Não sei se foi só bancário...

Fiscal também. Bancário e fiscal. Nós vamos solicitar essas informações a quem de direito lá, com relação ao caso.

Mais alguma sugestão, Deputado Luiz Couto?



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quando esteve aqui, na CPI do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes, e perguntada pelo Deputado Geraldo Pudim... Ele fez pergunta e disse assim... O Deputado Geraldo Pudim perguntou: “*A senhora sabe quantas adoções intermediou?*” Ela disse: “*Eu tenho documentos em mão. Três adoções*”. Três adoções. “*A primeira foi Sofia*”. E Sofia foi adotada por quem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A mãe de Sofia chama Ana Paula.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ana Paula.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Pela patroa de Ana Paula.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ana Paula. E Ana Paula, a patroa morava em São Paulo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Mora... Ana Paula também está em São Paulo com ela...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - São Paulo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É. D. Heloísa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. O segundo foi Emily, não é?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Emily. É Emily.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É Emily. Aqui não tem o... É Emily. Foi doada para quem, Dona...?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Roberta, se eu lembro bem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a mãe de Emily era quem?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - A mãe de Emily... É porque ela usa um apelido. O nome mesmo eu não me lembro agora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Era Litinha o apelido dela?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu chamava ela de Bia, mas o nome eu não lembro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Bia.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa adoção, a senhora diz... O Deputado: “*A senhora intermediou para a Roberta?*” E a senhora responde: “*Fez a*



adoção lá no cartório de Encruzilhada". Então... Ou seja, na realidade, essa adoção foi registrada no cartório de Encruzilhada.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu creio que sim, que eles...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a senhora estava presente ou não?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu não presenciei, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Essa Roberta era de onde?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Essa Roberta era da mesma cidade dessa menina aí. Elas vieram e passaram um tempo em Vila do Café. Mas, em seguida, elas foram embora de novo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Elas não moravam em Encruzilhada?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eles compraram um sítio, mas depois foram embora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foram embora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Foram. Inclusive, foi ela e a mãe adotiva.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. A terceira foi Evanilda.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Evanilda. A mãe de Evanilda quem era?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Evanilda é a mãe do Enzo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Do Enzo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A mãe do Enzo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E foi adotado por quem, o Enzo?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Janice.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Janice. Janice morava onde?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Janice, ela morava em Conquista.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, em Conquista.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Só que ela trabalhava lá em Vila do Café.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vila do Café.



A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E depois ela... A senhora teve alguma outra informação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ela vai lá, mas eu não vejo ela não, porque ela vai mais no sítio onde Evanilda mora. Não tenho mais, assim, contato. Porque ela trabalha com ela. Ela é revendedora.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma informação que aqui nós conseguimos é que... Ou seja, Vila do Café, como a senhora diz, tem lá atividade de colheita do café durante 3 meses. Depois, as pessoas...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ao ano. Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma informação da Polícia Militar de Minas Gerais: que algumas pessoas que eram infratores lá na cidade de Jordânia, Minas Gerais, fugiam e, segundo a Polícia Federal, iam morar nessa Vila do Café. A senhora tem alguma informação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não entendi a pergunta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Polícia Militar de Minas Gerais diz que infratores...

A senhora tem essa informação?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Jordânia...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Minas Gerais. Não, é se a senhora sabia disso aí, se tinha essa... de que...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Não. Eu não conheci esse pessoal de Jordânia, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não. Eram pessoas que eram infratores, fugiam de lá e...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Que mexiam com negócio de receptação de carros e essas coisas?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Iam morar e ficavam na Vila do Café.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Ah, eu ouvi, uma época, falando nisso, mas não...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ouviu.



Só para concluir, Sr. Presidente. Eu queria só ver o caso de D. Marinalva. Uma das aliciadas seria a lavradora Maria Brito Gonçalves, de 38 anos, que diz que entregou a filha recém-nascida, em 3 de abril de 2008, a um casal da cidade de Ipatinga, Minas Gerais, que a Deputada... Ipatinga, Minas Gerais.

São Paulo, Minas Gerais... Tem outros locais. Não é somente a adoção. O Promotor de Justiça investiga e diz que não tem dúvidas de que, naquela região toda... Não estou dizendo que a D. Elizabeth estava envolvida nisso aqui, mas que há uma quadrilha naquela região, trabalhando nessa questão de vender crianças, não apenas para adoção, mas para outros locais.

Então, é importante que nós possamos, inclusive, depois ouvir do nosso Promotor essa informação, porque ela é importante para que possamos até revelar quem é quem. Pode ser que coisas que são atribuídas à D. Elizabeth não sejam dela, e tenha uma quadrilha lá, funcionando e... Como teve esse caso das três adoções, agora a culpa pode...

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Pode ser pessoa que usou até a minha imagem agora para estar praticando outras coisas...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Claro. Então, por isso que é importante ouvir.

Mas diz o seguinte: *“Sustentada por medicamentos neurológicos e mergulhada em dificuldade financeira, a lavradora recorda com saudades da filha, com quem teve pouco contato. O dinheiro, de acordo com Marinalva, teria sido repassado pela Vereadora Bete, a mando do casal, para ela tomar um cafezinho. A lavradora relatou que é mãe de dois filhos menores de idade e deu à luz a terceiro no Hospital São Vicente, Santa Casa de Misericórdia, em Vitória da Conquista, Bahia. A menina foi chamada por ela de Gabriele, mas logo ganhou novo nome e novos pais. ‘Só vi minha filha no dia em que nasceu’, disse a senhora Mariana (sic). ‘Aí entreguei para a Vereadora Bete, e ela entregou ao casal de Ipatinga. ‘Nem sei onde fica esse lugar. Nunca mais tive contato com a menina’, relatou Marinalva.*

É só para registrar essa informação, Sr. Presidente. É importante que nós possamos ouvir, até em caráter reservado, já que ele está em processo de investigação, o Promotor Dr. Márcio, para que de fato nós possamos ter mais informações sobre essa denúncia de que quadrilhas funcionam naquela região,



fazendo adoções ilegais ou mesmo vendendo crianças senão apenas para o País, para outros Estados ou, quem sabe, até para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Luiz Couto.

Eu vou apenas... Antes de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nós estamos numa encruzilhada aqui. A Encruzilhada é uma encruzilhada mesmo.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Doutor, por favor, eu gostaria de falar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora vai já falar. Eu vou lhe dar a palavra.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu só gostaria de lembrar, esclarecer que a menina que está comigo... Faltam hoje 4 dias para ela completar os 18 anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Tem 17, no caso, não é? Pois não.

Ainda vou facultar a palavra à senhora, se a senhora tiver alguma outra coisa que queira nos informar. Antes, porém, eu queria só registrar aqui que, como eu disse, nós estamos sendo... Esta audiência conta com a audiência do *e-Democracia*. As pessoas estão interagindo, algumas delas.

Várias das perguntas aqui eu não vou reproduzir porque elas já foram respondidas. No caso do Sadi Fauth, que se refere à quebra do sigilo bancário, nós já tivemos a informação de que a senhora Elizabete já disponibilizou isso para as autoridades competentes da Bahia. Nós vamos já requisitar essas informações da quebra.

Também eu queria fazer uma pergunta à senhora, que é uma sugestão do nosso internauta: se existe algum registro no Conselho Tutelar, para resolver essas questões das adoções que estão na ilegalidade, se o Conselho Tutelar registrou...

Muitas vezes, a senhora diz aqui que essa questão da legalidade esbarra na condição social das pessoas. A mãe está doente, está com C.A., não tem como deixar os filhos, tem que se tratar, não tem condições de saúde para trabalhar, etc. e acaba, vamos dizer, “encostando” — com o termo *aspeado* — as crianças, para poderem ter um abrigo, uma casa ou uma pessoa conhecida que possa... Eu entendi



que é isso o que a senhora quis dizer para nós aqui. E não deve ser um caso único o seu.

Mas eu pergunto: nos casos em que a senhora esteve envolvida, de alguma forma, há registros, no Conselho Tutelar, da sua provocação, para que essa situação seja do conhecimento de uma autoridade pública?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Deputado, antes de todo esse fato, eu procurei o Conselho Tutelar umas 15 vezes. Nunca eles tinham disposição para me atender e nunca estavam lá. Sempre fechados. Eu voltava e só dava com a cara na porta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, se eu entendi, durante umas 15 vezes, aproximadamente, a senhora recorreu ao Conselho Tutelar, e o Conselho Tutelar lhe virou as costas?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Inclusive com a Deídes. Nós viajamos para lá, mais ou menos, umas 5 vezes; ela doente, com problema de saúde. Eu levava ela, mas ninguém resolvia nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo.

Aqui uma outra sugestão, da Lindalva, pelo e-Democracia, sugerindo à CPI solicitar a presença dos responsáveis pelo processo de adoção legal para explicar como se dá a burocracia do processo. E, também da Lindalva, uma outra sugestão: que a CPI proponha ao Judiciário estudos com vista a minimizar o excesso da burocracia para adoção.

Quero dizer à Lindalva que um dos objetivos desta CPI, além de produzir os reparos, as correções, no ordenamento jurídico, no que diz respeito a fortalecer a legislação para o enfrentamento do tráfico de pessoas, é também tentar desburocratizar, por outro lado, porque a gente sabe que esse processo excessivo de demora, de 3 anos, de 3 anos e meio, para fazer uma adoção de uma criança acaba, talvez, facilitando ou estimulando indiretamente esses recursos, esses atalhos indevidos que acabam caindo na ilegalidade e, muitas vezes, em alguns casos, servindo para o tráfico ilegal de pessoas. Então, também, respondendo aqui à Lindalva.



E eu faculto à senhora a palavra. Se a senhora quiser ainda dizer alguma coisa que possa servir de esclarecimento a esta CPI, a senhora tem o direito de fazê-lo agora.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Eu só queria esclarecer o seguinte: que não foi quebrado o sigilo bancário da minha conta; eu que autorizei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essa informação já foi dada aqui.

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - E o fato de a menina estar comigo... Faltam 4 dias para ela fazer 18 anos. Então, ela completando 18 anos ou não, eu vou ter que ir ao Conselho tentar resolver essa situação. Porque, também, na rua eu não posso deixar ela, ainda mais agora, sem um teto, sem pai, sem mãe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo. Mais alguma coisa, Sra. Elizabete?

A SRA. MARIA ELIZABETE ABREU ROSA - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu agradeço a sua presença aqui. Agradeço a presença do seu defensor, seu advogado, pelos esclarecimentos aqui prestados a nós.

Agradeço a presença a todos os Deputados e Deputadas; à nossa Relatora; a todos os demais presentes.

Deputado Paulo Freire queria ainda fazer uma observação?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sim, Sr. Presidente.

Eu gostaria somente de dizer que a Sra. Elizabete, vindo a esta CPI, está trazendo uma colaboração muito boa para nós, porque o nosso papel aqui é investigar, como já foi dito, e tudo o que a senhora falou aqui está colaborando para esta investigação. A gente investiga, colhe dados, para poder adequar e fazer uma melhor lei, no caso da doação.

E a gente tira aqui algumas conclusões. Eu gostaria, Sr. Presidente, de deixar registrado aqui o que eu concluí. A princípio, o que eu concluí desta audiência pública, interrogando aqui a nossa convidada Elizabete, é que lá, nesses lugares pobres, cidades pequenas, vilarejos, isso é uma prática comum das famílias, que se confraternizam entre si através da Igreja Católica ou Igreja Evangélica.



Essa prática de deixar o filho cuidado por outra família é uma prática normal. Às vezes os pais saem para uma cidade maior, procurando melhor recurso, e acabam deixando essas crianças com essas famílias naturalmente; não é uma adoção legal. Eles acabam deixando. Isso é uma prática normal. E o Deputado Amauri, que estava aqui, logicamente tem esse conhecimento, porque nessas cidades pequenas, no Norte e Nordeste, isso é uma prática normal.

Agora, eu quero deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que a Sra. Elizabeth pertence a uma igreja evangélica e, por alguma experiência que tem... Infelizmente, algumas pessoas se escondem atrás de alguma prática evangélica, ou prática de fé, ou de religião para poder inclusive praticar crimes e coisas ilegais. Mas eu chego à conclusão, Sr. Presidente, de que, no caso da Sra. Elizabeth, não é o caso.

Pelo que eu estou ouvindo, existem pessoas que fazem isso por profissão, existem pessoas que fazem isso por vocação. E no caso da Sra. Elizabeth, pelo que eu estou concluindo aqui, do que nós ouvimos, ela já tinha essa prática de ajudar as pessoas antes de ser Vereadora. Depois de Vereadora, ela continuou ajudando, logicamente por força daquilo que ela aprende na igreja, na religião: fazer o bem para as pessoas. E por um tipo de vocação ela se propôs a ajudar.

Então, a princípio — é lógico que nós estamos no meio de uma investigação e não podemos dar uma conclusão final —, eu estou convencido de que ela pratica uma vocação, que aprendeu na igreja, de ajudar as pessoas. É isso o que eu concludo aqui neste momento.

Eu quero dizer que eu não me valho desta CPI para poder... Eu sou também evangélico, sou Pastor da Assembleia de Deus e não posso me valer disso para poder proteger ninguém. É uma investigação, porém, estou dando aqui, a princípio, uma conclusão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Deputado Paulo Freire.

Portanto, eu agradeço a presença de todos.

Nós vamos suspender imediatamente esta CPI e, em seguida, só para desfazer a Mesa e dar continuidade, convidamos a Sra. Lenora Thais Steffen Panzetti, que é advogada das famílias que têm a guarda provisória dos menores do



caso de Monte Santo, na Bahia, para ser ouvida nesta CPI, informando que ela vai fazer os seus esclarecimentos públicos e, depois — ela pediu —, num momento reservado com a CPI, para prestar outras informações que ela não gostaria... É um direito que lhe faculta, e nós vamos atender ao seu pedido, na forma que ela sugeriu e que está prevista no nosso Regimento.

Está suspensa por 3 minutos a nossa sessão.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Boa tarde. Vamos retomar os nossos trabalhos.

Já temos aqui a presença da Dra. Lenora Thais Steffen Panzetti, que é advogada das famílias que detêm a guarda provisória dos menores, no caso de Monte Santo.

Não vou reproduzir aqui os nossos preceitos regimentais — já é de conhecimento de todos —, por uma questão de economia.

Eu passo a palavra à Dra. Lenora, para fazer os seus esclarecimentos e, depois, em seguida, como de praxe, aos Srs. e Sras. Deputadas, para as informações e os pedidos de informações, lembrando que depois nós teremos um momento reservado com a Sra. Lenora, a pedido dela e que é absolutamente de praxe e regimentalmente previsto nesta Casa, para ouvir as informações que ela considera que são mais reservadas e que devem chegar ao conhecimento desta CPI.

Portanto, muito obrigado pela sua presença.

Eu lhe faculto a palavra, senhora.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Obrigada.

Só para esclarecer o caráter reservado: eu trouxe um *book* de cada uma das quatro famílias que detêm a guarda dessas cinco crianças. E como há fotos expondo as pessoas das crianças e das famílias, por uma questão ética e sigilo processual, não se pode deixar essa documentação exposta e ao acesso da imprensa.

Eu espero que vocês compreendam e entendam que, nesse material que eu trouxe, há fotos de como essas crianças foram retiradas da guarda materna e como essas crianças estão hoje, o.k.?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sem dúvida que nós compreendemos e acatamos de pronto. Isso vai ser ainda submetido a uma votação de praxe aqui, mas creio que nenhum Deputado e nenhuma Deputada vão objetar a fazer esse caráter reservado à sua audiência.

Eu lhe devolvo a palavra, Sra. Doutora.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Muito obrigada.

Inicialmente, cumpre esclarecer que eu estou neste processo em assistência ao Dr. José Ivan Cardoso Batista, que é o advogado que cuida dos processos na Bahia, em Monte Santo.

Ele é o advogado constituído nos autos, e eu entrei neste processo na segunda quinzena de agosto, quando o Dr. Cappio determinou que fosse realizado o estudo social dessas famílias, com essas crianças, no Estado de São Paulo.

Esse estudo social gerou um desentendimento das famílias. As famílias não sabiam como é que era o processo. Elas tiveram muitas dúvidas e queriam questionar, e queriam informações — “*Como é que é?*” “*Como é que não é?*” —, porque, durante um grande período, não houve interesse nenhum da mãe, não houve nenhuma movimentação das famílias biológicas para que tivessem em contato com essas crianças e para que soubessem o que estava acontecendo com cada uma delas.

E toda mulher, via de regra, quer ter informações, ter detalhes, saber como é que é. E mãe, então, é muito pior. Todos nós temos mãe e sabemos que ela quer saber até o que a gente passou no cabelo, não é? Ela quer saber tudo o que foi feito. E quatro famílias ligando para um advogado que fica a 600 quilômetros de Salvador e tendo contato com eles só por telefone, gerou uma certa dificuldade de compreensão e de entendimento. Então, aí é que teve a minha entrada nos autos, o meu acesso ao processo. Então, o primeiro passo foi eu conversar com o Dr. Ivan, saber o que tinha sido feito, pedir cópias dos processos. E, aí, eu descobri a existência de uma medida de proteção à criança e ao adolescente, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi interposta em 12 de maio de 2011 pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Então, esse é um processo real, é um processo movido pelo Ministério Público e que deu causa à retirada das crianças da guarda da mãe biológica. Esse fato muito me estranhou que em nenhum momento



apareceu na mídia, em nenhum momento foi divulgado por quem quer seja em nenhum lugar deste País. Isso gerou muita discussão e muito descontentamento, dizendo que as famílias sequestraram crianças, que as famílias estavam com processos ilegais, cheios de irregularidades, e que não se foi verificado exatamente o que ocorreu. Esse processo de medida protetiva, ele já estava durando uma investigação anterior pelo Ministério Público do Estado da Bahia. Tem relatórios do Conselho Tutelar assinados por três conselheiras da época e tem, sim, manifestação também do CREAS da cidade de Monte Santo e de Euclides da Cunha. Então, existem elementos que comprovam o risco a que essas crianças estavam expostas. Os dois menores — uma menina, então, com 2 meses de idade — chegaram a ser hospitalizados. A menina, em especial, com 2 meses chegou a pesar 3,5kg, o que é um peso adequado para um recém-nascido, que muitas vezes nasce com peso superior a esse. Mas com 2 meses, ela tinha esse peso. Essa menina estava com desnutrição, desidratação e diarreia. A razão pela qual ela chegou a ter esse tipo de comportamento de saúde se deu pelo consumo de leite de vaca, mas sem pasteurização. Então, não se teve a preocupação de saber em que condição esta criança ingeriu leite — se a vaca tinha ou não mastite, se tinha ou não algum problema —, não houve qualquer tipo de cuidado para ingestão. E esta menina pegou uma infecção séria de estômago e intestino, chamada gastroenterocolite aguda. Para uma criança de 2 meses, isso gera certas complicações muito grandes. Ela não tinha tido nenhum tipo de vacina, nenhum tipo de cuidado anterior, não tinha imunidade e ela podia vir, sim, a óbito.

A preocupação do Ministério Público e a preocupação do Juízo foi de colocar essa criança em uma outra família que pudesse garantir a sua subsistência, porque se ela voltasse nessas condições em que estava para a família biológica — e, aí, a gente inclui os avós também, porque sabiam de toda a situação que essas crianças viviam e foram omissos em relação a isso —, se essas crianças voltassem, essa criança especificamente poderia ter vindo a óbito. Por que que essa criança veio parar na mão de uma médica de São Paulo? Porque esta médica fez a inscrição dela em São Paulo e na Bahia, para adotar uma criança, porque ela queria ser mãe, e ela acabou sendo contatada, para perguntarem se ela queria ou não adotar essa menina de 2 meses, se ela tinha a pretensão de pegar a guarda dessa menina e, se



fosse o caso, acabar vindo até à adoção. Ela falou que sim, mesmo sabendo dos riscos, porque, como médica, ela entendia a necessidade dos cuidados. Ela é nutróloga e não nutricionista — como foi mencionado em alguns lugares — e ela é intensivista, ela trabalha em UTI. Então, ela sabe da necessidade dos cuidados de qualquer ser humano, porque ela não trabalha só com crianças. E, nestas condições, ela acabou tendo a condição de pegar a guarda desta criança, até pra preservar a sua saúde e a sua integridade. Esta criança não foi embarcada no dia seguinte, como foi dito, porque a própria situação de saúde em que ela se encontrava, se ela viesse a entrar num voo, numa aeronave — o que dificilmente seria permitido por uma companhia aérea — ela poderia vir a óbito pela situação debilitada em que ela se encontrava. A menina tinha mais de 30 picadas de inseto pelo seu rosto — e eu trouxe fotos para demonstrar isso —, ela tinha assaduras gravíssimas em toda a sua região genital e de glúteos, ela tinha uma berne no seu couro cabeludo. Uma criança de 2 meses que não anda, não engatinha e não tem qualquer tipo de locomoção que não através dos adultos como pode ter uma situação de saúde dessas? O menino de um ano e meio, que acabou indo para Indaiatuba também, ele foi para lá por uma família que está cadastrada no Cadastro Nacional de Adoção e que já adotou uma outra menina. Essas crianças convivem como irmãos. Assim como a médica também teve deferida a guarda e já tem uma criança adotada em seu nome, e que veio cerca de um mês e meio posteriormente à guarda da Stefani, que é a menina menor. Esse menino de um ano e meio veio com um corte profundo na orelha, ele tinha a orelha literalmente pendurada, infeccionada pelo descuido, como foi colocado. Ele tinha marcas cilíndricas nas suas costas, que dão indícios, a gente não pode afirmar que são, mas que dão indícios de que sejam marcas de cigarro. Esse menino veio com uma infecção grave de intestino e estômago, e suas fezes eram pútridas. Ou seja, ele ingeria alimentação já deteriorada. Não existia o cuidado com esta criança, da forma como foi dito.

E essa foi a razão pela qual essas crianças acabaram sendo hospitalizadas, acabaram sofrendo muitos problemas de saúde e acabaram sendo retiradas da mãe. E outros aspectos que eu não posso revelar a vocês pela gravidade da situação, que envolvem os maiores também. Há uma situação que não foi esclarecida de que as crianças, somente os dois maiores são filhos de Jerônimo, que



apareceu em reportagem nacional dizendo que era pai dos cinco filhos, e que ele tinha uma dor e que isso e que aquilo. Ele só é pai dos dois mais velhos. As três crianças menores, conforme a própria mãe reconheceu em juízo, são filhas de outros homens. Ela diz que os três são filhos do mesmo pai, mas não se tem a certeza disso. Existe até uma diferença de cor entre eles, sendo que ela não é uma pessoa negra, e o pai, que é o pai biológico dos dois menores, pelo menos até onde a gente sabe, também não é negro, é branco — como é que o terceiro pode ter essa diferenciação dos dois menores? Não existe exame de DNA e não existe o apontamento exato de como se sabe quem é pai de quem, mas existe um processo que está, sim, irregular pela condução que está sendo dada hoje pelo Ministério Público e pelo Juízo acerca de como essas crianças são identificadas como filhos deste ou daquele. Quem é que realmente é o pai? Há um exame de DNA, se o próprio Jerônimo sabe que essas crianças não são todas filhas dele? Por que a Silvânia e o Jerônimo se separaram? Por que essa mãe vem, 1 ano e meio depois de todo o ocorrido, atrás dessas crianças? Qualquer mãe, qualquer ser humano, independente da sua classe social, do seu estado de riqueza ou pobreza, jamais vai se conformar com uma criança retirada do seu seio sem que faça nenhum tipo de estardalhaço, nenhum tipo de discussão. Se ela realmente queria essas crianças, se ela realmente cuidava, se ela realmente era a pessoa que ela se disse, por que que ela não foi, no primeiro momento, atrás dessas crianças? Por que que ela esperou 1 ano e meio? Nós não sabemos. As crianças, depois de hospitalizadas, depois de serem cuidadas, elas também passaram a ter convívio entre elas. As outras famílias fizeram todas um cadastramento perante o Ministério Público nas suas cidades, e especificamente perante o Ministério Público da Bahia e perante o Judiciário da Bahia, de Monte Santo, elas apresentaram toda a documentação necessária para lhes legitimar a ter a guarda dessas crianças. Então, sequestrador, como eles foram apontados a nível nacional, não dão seus nomes, seus endereços, não apresentam residência fixa, trabalho fixo, rendimento, não apresentam condições e não permanecem nessas mesmas residências e nessas mesmas condições a qualquer tempo. Eles foram acusados injustamente, sofreram vários tipos de retaliação, decorrentes da forma como isso foi levado a público. Ninguém falou anteriormente, porque não nos foi dada a oportunidade de falar. Quando falado em rede nacional,



nós conversamos por cerca de 1 hora e apenas duas frases foram colocadas fora de contexto e que geraram toda uma polêmica, inclusive com ameaça à integridade da minha família. A criança, que está hoje também com a médica, então veio há cerca de um mês e meio, após a guarda da Stefani. O casal de Campinas, que também é discutido, como é que esse casal se apresentou, como é que ele apareceu? Esse casal também conheceu as outras famílias e foi através deste mesmo mecanismo que todos se conheceram, porque eles não tinham relacionamento entre eles. Eles se conheceram através dos cursos de adoção ministrados pelo Judiciário de Indaiatuba, onde é feito todo um trabalho pelo juízo, pelo Ministério Público e por todas as entidades, em especial, a Irmã Dulce, que é uma entidade assistencial da localidade, que faz um trabalho de esclarecimento das famílias de como funciona o processo de adoção, como que eles têm que lidar com as situações relativas a uma criança que foi concebida em outra casa. Esse casal de Campinas se dispôs a atender às exigências do juízo e que foram relatadas pelo Ministério Público de que os dois filhos maiores de então 4 — fez 5 anos logo em seguida em outubro — e 6 anos, eles tinham uma afinidade muito grande e tinha uma necessidade muito importante de permanecerem juntos. Então, quantos casais no Brasil se dispõem a pegar duas crianças, numa idade de 4 e 6 anos, independente da sua cor, da sua condição social, do seu histórico de saúde e da sua condição e se dispõe a cuidar como se filhos fossem. Então, esse casal pegou essas duas crianças mais velhas, pela afinidade que elas tinham entre si, e se propuseram a educá-las, a criá-las e a dar-lhes condições de saúde e de vida. Foi dito em reportagem que essas duas crianças frequentavam a escola. Só que elas não identificavam números, cores, letras. Elas não sabem dizer o nome de um único amiguinho da escola, elas não sabem dizer o nome da sua professora e não sabem dizer o nome da escola. Elas não têm essa referência. Isso está atestado por duas escolas onde as crianças estiveram, uma inclusive para fazer adaptação, porque as crianças não conseguiriam entrar num curso normal de alfabetização — inicialmente do mais velho, por exemplo —, se ele não tivesse um apoio, porque ele não tinha o menor conhecimento de qualquer um desses elementos que eu acabei de apresentar. Eles não sabiam brincar. A brincadeira preferida deles era imitar bêbado. Eles relatam que eles consumiam bebida e outras coisas. A gente prefere deixar isso para o



caráter reservado. Mas essa é a situação das crianças. As famílias nunca fizeram qualquer coisa irregular e nunca deixaram de querer se manifestar, mas elas foram impedidas pelo caráter sensacionalista e extremamente ruim, que foi divulgada toda essa notícia. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Lenora, pelos seus esclarecimentos, as suas informações.

Vou passar a palavra, imediatamente, à Deputada Flávia Moraes, nossa Relatora, que quer fazer uso, depois, eu estou inscrito, depois, Deputado Luiz Couto, Deputado Paulo Freire.

A gente pede objetividade, como diz o Deputado Severino, porque nós temos ainda outro momento da nossa audiência. E eu estou querendo quebrar a rotina das nossas audiências de a gente, os membros da Comissão, ficar aqui todas as terças-feiras sem almoçar. Já está virando uma rotina, um hábito, e os assessores também, provavelmente, que estão aqui até o final, do mesmo jeito, sendo mantidos a pão de queijo e cafezinho.

Está certo? Então, vamos ver se hoje a gente consegue superar esse tabu aqui da Comissão.

Deputada Flávia.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Presidente, eu acho difícil se conseguir quebrar isso hoje. Até eu quero agradecer a presença da Dra. Lenora, que vem aqui também se manifestar, que eu acho que é importante parte, importante peça dessa investigação que a CPI faz, que já ouviu várias pessoas envolvidas, e que é um caso que, realmente, intriga a todos nós.

Eu queria saber da senhora: a senhora já advogava para as famílias desde o processo de adoção, ou a senhora passou a advogar depois que esse caso veio à tona?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não. Como eu lhe disse, eu entrei neste processo na segunda quinzena de agosto deste ano. Foi aí que eu conheci as crianças. As crianças...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Elas já estavam...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Já estavam com a guarda...



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS -...com as famílias..

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Então, foi quando foi dado o estudo social, determinado o estudo social. Quem foi o advogado inicial do processo é um advogado da Bahia. Foi ele quem deu entrada, foi ele quem fez. Eu entrei no momento em que foi deprecado o estudo social. E a reportagem do *Fantástico* foi no dia 14 de outubro.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual é a situação legal dessas crianças, hoje, junto a essas famílias de São Paulo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Elas têm a guarda provisória em caráter temporário, sem...Indeterminado, o termo correto.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual foi a intenção de dar a guarda provisória dessas crianças a famílias longe de Monte Santo? E que não estavam cadastradas no Cadastro Nacional?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Eu entendo que, para justamente tirá-las da situação de risco.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Por que não famílias mais próximas?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Pelo menos até onde a gente sabe, não houve nenhum interessado que se dispusesse a pegar crianças nas condições em que elas se apresentavam.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Por que não o Banco Nacional de Adoção?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Quem pode explicar isso é o próprio juiz.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora conhece a Sra. Carmem?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Eu conheci o nome da D. Carmem após a veiculação de matéria.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A senhora sabe se ela participou do processo? As famílias relataram alguma coisa sobre a presença dela durante esse processo de adoção, a participação dela em algum momento?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - O que eu soube é que a Carmem é uma pessoa que frequenta a cidade de Monte Santo porque ela tem filhos adotados de lá, que ela leva as crianças para terem conhecimento e



contato com as suas mães biológicas com frequência, e ela participa da venda de roupas em festas, em feiras, na região de Monte Santo.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas essas famílias de São Paulo têm algum contato com ela?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não. As famílias se conheceram através desses cursos de adoção. E o contato com a Carmem veio posterior a pessoas que acabaram apresentando. Então, existem crianças de Monte Santo adotadas pelo Brasil inteiro, não é só em Indaiatuba ou Campinas.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas essas famílias conheceram a Sra. Carmem nesses cursos, antes do curso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não. Elas conheceram pessoas que conheciam a Carmem, que conheceram a Carmem, elas não conheciam a Carmem e não foi através da Carmem que ela receberam a condição de ter contato com essas crianças. Tanto que toda a documentação, toda a habilitação foi feita através do juízo, do fórum de Monte Santo. Nada foi feito...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Segundo, então, o conhecimento que a senhora tem junto às famílias, o conhecimento das famílias com a Carmem foi depois do processo de guarda.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - O conhecimento das famílias com a Carmem, pessoal, não foi através do processo. As famílias tiveram contatos de terceiros: *“Olha, precisamos arrumar uma família que possa se dispor a ficar com uma criança de 5 e de 6.”* Quem é que vai ter condições de ficar com uma criança de 5 e de 6, que se habilite, que tenha condições de receber essas crianças nas condições em que elas estavam, e que não tenha nenhum tipo de restrição...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Quem são esses terceiros?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - São duas pessoas que são de Indaiatuba, hoje mora em São Paulo, e outra que é de Indaiatuba.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Os nomes delas.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sra. Érica e Sra. Dora.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - A Sra. Érica é de São Paulo...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - E Dora



A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Dora.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - De Indaiatuba.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - De Indaiatuba.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Esses nomes já foram fornecidos inclusive pro Dr. Luciano Taques, porque, da mesma forma que nós fizemos aqui com a CPI, nós também falamos com o Ministério Público, e nos propusemos a prestar esclarecimentos quando o caso veio à tona.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Essas pessoas que falaram da Carmem.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Essas pessoas que fizeram o contato com as famílias. Essas pessoas de dentro do curso.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Trazendo a informação da existência dessas crianças em Monte Santo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Dessas crianças que precisavam ficar na região para não separar os irmãos.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - E a Carmem era conhecida dessas pessoas? Da Érica e da Dora?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não sei se da Érica e da Dora. Mas me parece que uma delas tem criança adotada em Monte Santo também. Sei que a Érica tem um filho adotado em Indaiatuba, São Paulo, e que ela fez esse curso na Irmã Dulce, ela participou de todo esse histórico.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Então esse curso é comum às famílias de São Paulo...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Do Cadastro Nacional de Adoção.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - ...à Érica, que também adotou, às pessoas de Monte Santo.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Qual é o nome do curso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Eu não sei. É o curso preparatório pra adoção. É o que é exigido pelo Estado de São Paulo para que se



tenha essa condição. Eu sei que a Dora tem criança adotada de Monte Santo e foi por processo judicial. Inclusive, um dos processos foi remetido à Indaiatuba.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Esse curso é promovido pelo Judiciário, pelo Ministério Público?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Judiciário, Ministério Público, com o Conselho Tutelar, com entidades que dão apoio.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - É um curso público?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim. Justamente pra poder promover a inserção das pessoas no Cadastro Nacional de Adoção. Então, é um curso de...

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Nos relatórios que nós temos, no momento da retirada das crianças dos pais, as crianças mais velhas se agarraram porque não queriam ser retiradas da família. Você tem conhecimento disso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Eu sei de uma situação bem diferente do que foi colocado. Eu sei que as crianças... O mais velho, principalmente, estava na rua. Ele não estava em casa.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Você sabe através de quem? Essa informação...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Das famílias.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Das famílias que...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Que detém a guarda.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Mas elas não estavam... No momento da retirada das crianças da família essas famílias não estavam juntas.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, elas estavam no Fórum no momento em que foi deferida a guarda e foi trazida as crianças pra eles.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Eles ficaram sabendo também. Eles não viram, não é?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim. Não viram. Mas foi o que eles souberam dentro do Fórum.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Hum, hum...

Só isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.K., Deputada Flávia. Muito obrigado.

A senhora disse no início, Dra. Lenora, que a senhora está representando aqui três famílias. É isso? Três guardas?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, três famílias são minhas clientes, tá? Mas hoje eu estou representando as quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - As quatro famílias. São quatro famílias então que a senhora está representando.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - São quatro famílias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essas quatro famílias são exatamente de onde?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Três famílias de Indaiatuba e uma de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Essas famílias de Indaiatuba moram próximo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim. Todas as crianças convivem entre si.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - São vizinhos.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não são vizinhos de porta, mas Indaiatuba é uma cidade com 200 mil habitantes e eles se frequentam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas eles moram, digamos assim, no mesmo bairro?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, não moram no mesmo bairro, moram em bairros distintos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na cidade.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Moram na cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O ambiente de proximidade deles, portanto, é a cidade?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não é o bairro, nem o distrito.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E são três lá e uma em Campinas?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E essas famílias queriam adotar por quê? Elas têm uma razão em comum?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - O sonho de ser mãe, mãe e pai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Por impossibilidade biológica?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim. Ou biológica, ou porque queriam mais um filho. Mas, em geral, biológica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não, mas a senhora poderia discriminar, dessas quatro famílias, qual é a razão de cada uma?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ou se elas têm uma razão única. Por exemplo, as quatro já estão batalhando por adoção porque os quatro casais, por alguma razão química biológica, não podem ter filhos. Então, eles resolveram. Eu estou falando por hipótese, está certo? Ou não? Ou cada uma queria adotar porque queria ter mais um filho não podia ou não queria ter de forma biológica e resolveu adotar. A senhora tem informações sobre isso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Todos eles tinham a pretensão de adotar e, acredito, por razões biológicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nenhum tinha filhos biológicos?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, tinham... Uma das mães, que é a mãe do menino de 1 ano e meio, já tinha uma criança adotada anteriormente, alguns anos antes, no Estado de São Paulo. A mãe da primeira nenê, a mais nova, ela, 1 mês e meio depois, adotou outra criança. Ela estava no cadastro da Bahia e no cadastro de São Paulo. Depois que ela pegou a guarda da menina, saiu a guarda de um menino,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim.



A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - ... que tem pouca diferença de idade entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito. Eu pergunto o seguinte: então, nenhum dos quatro casais tinha filhos biológicos?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, nenhum deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um deles tinha um filho já adotivo.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E o outro alcançou a adoção de um segundo logo após o caso de Monte Santo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual foi o procedimento originário desses casais para esse procedimento? Foi o cadastro nacional?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Foi a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Um cadastro na Bahia e um cadastro em São Paulo que a senhora falou há pouco?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim, eles fizeram o cadastro deles, encaminharam toda a documentação diretamente ao fórum de Monte Santo. Tem inclusive documentos que comprovam que foi enviado fax pra Monte Santo com a documentação dessas famílias por volta do dia 20 de maio, ou seja, posterior à medida protetiva, e a guarda das quatro crianças mais novas só foi deferida 1º de junho. Então, a história de que foi rapidamente não é bem assim, em se tratando de uma medida protetiva. Temos que analisar isso. Se analisado o processo de destituição de pátrio poder cumulado com adoção sem a análise da medida protetiva, há irregularidade. Agora, se buscada a justificativa da medida protetiva em conjunto com destituição e adoção, não há irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. Eu lhe pergunto o seguinte: esses casais, pelas poucas coisas que a senhora nos revelou aqui, são casais de, vamos dizer, classe média média, classe média alta, classe média?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Média média.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Média média. A senhora falou até que uma não era nutricionista; era nutróloga. A senhora podia... Uma curiosidade aqui à parte: qual é a diferença entre uma nutricionista e uma nutróloga?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - São faculdades diferentes. Nutricionista não é médica, é nutricionista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim. E a nutróloga é uma médica...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Nutróloga é médica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... nutróloga? É isso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Médica nutróloga. É uma responsável por Nutrologia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Então, são famílias de casais profissionais liberais que têm uma renda estabilizada. Eu pergunto isso só para alertar, porque a senhora deu muita ênfase aqui às condições, vamos dizer, indigentes ou precárias — o termo é meu e aqui pode estar mal-usado — dessas crianças na sua família originária, e as condições, digamos assim, supostamente, com certeza... Nós não estamos muito focados nisso.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É evidente que qualquer família de classe média em São Paulo vai ter condições materiais de higiene, de bens e de acesso material infinitamente maiores do que as da média das famílias de Monte Santo, ou do Município de Gurupá, no interior do Pará, onde eu moro, ou do interior de Goiás, ou de qualquer outro lugar. Então, não é isso que vai nos sensibilizar mais ou menos pra justificar. Nós queremos saber o processo legal porque isso pode... Não é o caso das famílias ou pode não ser o caso dessas famílias para as quais a senhora advoga, mas pode ser o caso de outras famílias que estão envolvidas com crime organizado para fins de adoção, que aliás é muito rentável no Brasil e no mundo, não é?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E é o nosso papel aqui fazer a investigação por esse foco. Do ponto de vista social, sem dúvida alguma. Qualquer criança de Monte Santo se botar numa família de classe média em São Paulo,



qualquer que seja o Município, com certeza estará mais protegida do ponto de vista dos bens materiais do que em outra condição.

Eu lhe pergunto o seguinte: a senhora falou que uma dessas famílias logo depois alcançou uma adoção no banco de adoção de São Paulo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O que faz sentido. Pra mim, uma família de São Paulo se credenciar no banco de adoção de São Paulo e aguardar o processo legal e obter... Eu pergunto: por que que além de São Paulo, Monte Santo, na Bahia? É uma cidade que eu vim a conhecer a partir da *inin do Fantástico*. Sem nenhum desprezo à cidade de Monte Santo, eu, particularmente, não tinha a menor noção da existência dessa cidade. Por que uma família em São Paulo que se credencia no banco de adoção de São Paulo — isso tem sentido no meu entender — se credencia também especificamente em Monte Santo, e não no Rio de Janeiro, que é mais próximo de São Paulo, e não em Minas Gerais, Juiz de Fora, que é mais próximo de São Paulo, ou em capitais mais conhecidas? Por que em Monte Santo? Se é que a senhora pode...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual é a motivação dessas famílias pra Monte Santo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - A primeira mãe acabou indo pra Monte Santo e fez também... que teve o deferimento da segunda criança, ela fez o seu cadastro por São Paulo e fez, em seguida, o seu cadastro também em Monte Santo. Por que que ela fez o cadastro em Monte Santo? Porque, como médica, e na especialidade que ela tem, ela teve notícias de que na Bahia era um pouco menos demorado o processo de adoção, porque muitas pessoas não queriam cuidar das suas crianças, e não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E ela soube disso de que forma?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - ...e não tinha toda aquela espera. Não que não fosse legítimo o processo — o processo legítimo foi e o era —, mas que ela poderia se cadastrar, porque sempre havia situações de crianças que não eram colocadas em...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ou seja, existiam facilidades em Monte Santo que não existiam em São Paulo.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não é... Facilidade não seria o termo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Facilidade no processo legal, para não ser mal-entendido.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não. O que existiam eram condições de maior celeridade. Eu acho que seria o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Facilidade nesse sentido de celeridade, de ser mais rápido.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim, pelo fato de não ter criança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Mas ela soube, ela obteve essa informação de que forma? Deixe-me lhe dizer a minha provocação. É muito esquisito uma pessoa, em São Paulo, que se habilita no banco de adoção de São Paulo, descobrir a existência de Monte Santo para saber que lá, em Monte Santo, que é uma cidade, digamos assim, de pouquíssima notoriedade, por qualquer razão — aí faço a ressalva de que nada tenho contra Monte Santo, nenhum pejo com relação a Monte Santo. Mas em Monte Santo? Quer dizer, ela soube dessa facilidade no sentido da celeridade de que forma?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Porque uma cliente dela, uma paciente dela tem uma criança de Monte Santo, adotada em seu nome, que é a Sra. Dora, cujo processo tramitou por Indaiatuba. O processo foi iniciado em Monte Santo e foi remetido para São Paulo. Foi assim que ela conheceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E a senhora poderia nos dizer — aí talvez até nem saiba — como é que essa Sra. Dora chegou... Eu reproduzo a pergunta para a Sra. Dora. Como é que a Sra. Dora, de São Paulo... Está certo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Me parece que ela morava na Bahia e depois veio para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah, então, a Sra. Dora é baiana?



A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI – Eu não sei... Sim, me parece que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Sra. Dora, então, é baiana e lá da Bahia ela já trouxe essa informação de que existiam essas celeridades, essas facilidades no processo de Monte Santo.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Ela tem uma filha adotada de lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, foi assim que ela toma conhecimento, digamos assim, do caminho Monte Santo, do foco Monte Santo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, as famílias, eu suponho que as famílias para as quais a senhora advoga estavam cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - As famílias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Todas elas?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não, não todas elas, porque a finalização do cadastro é posterior a todos os cursos, todos os trabalhos que são feitos, e essa inserção no cadastro é morosa; ela não é do dia para a noite. Ela tem toda uma exigência legal, mas elas estavam no processo de cadastramento já. Elas já estavam nesse processo de cadastramento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não estavam cadastradas, mas estavam caminhando para isso?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim, em processo de cadastramento, tanto que toda documentação do cadastramento foi encaminhada para Monte Santo, para o juiz de Monte Santo, demonstrando justamente essa situação. Então, existiam cadastrados e quem estava se cadastrando. Duas famílias já estavam cadastradas, já tinham todos os cursos, já tinham todas as exigências, e uma, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Então, a senhora está dizendo que duas das quatro famílias estavam cadastradas?



A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - No Cadastro Nacional de Adoção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - E duas não?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Uma?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Uma estava em processo e a outra também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Certo. Essa que não estava estava em processo?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim, as duas que não estavam em processo, porque acabou se concluindo em seguida, tanto que uma acabou tendo a adoção de outra criança.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeito. Está certo. A senhora tinha informação se as crianças estavam no cadastro?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabe? As crianças adotadas?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim, não sei. Na verdade, as crianças não estão adotadas. Isso precisa ficar bem claro. As crianças têm guarda provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sim, estão sob guarda provisória. Desculpe. Essas crianças que estão sob guarda provisória estavam no cadastro? A senhora não tem informação?

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não sabe. *(Pausa.)*

Bom, era só isso. Eu lhe agradeço pelos seus esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, a informação do Juiz Luiz Roberto Cappio... A informação que nós temos é de que o juiz determina retorno de crianças após adoções irregulares na Bahia. "*Roberto Cappio decidiu que os cinco filhos do casal baiano retornem para casa. Segundo o juiz, o processo de adoção*



ocorreu com muitas irregularidades. O juiz de Monte Santo determinou, nesta terça-feira, 27, que as cinco crianças baianas que foram entregues para a adoção a famílias paulistas voltem a viver com os pais biológicos. Segundo o juiz, o processo de adoção das crianças ocorreu em meio a diversas irregularidades”. E aí diz que o juiz determinou que as crianças fossem retiradas das famílias adotivas e levadas para um espaço de acolhimento provisório onde recebam acompanhamento psicológico para que possam se readaptar ao convívio com os pais biológicos, que também terão esse apoio.

Então, eu pergunto... Isso mostra, Sr. Presidente, que... É claro que tanto o advogado tem que fazer a defesa dos seus clientes... Agora, pela informação que nós temos, é de que, ou seja... A figura que aparece na ligação com essa Sra. Dora é a Carmen. É a Carmen que faz essa ponte. Mais um elemento para que se investigue com profundidade a relação dessa figura com todo esse esquema que acontece naquela região. Ou seja, quando a Dra. Lenora..., e é claro que a advogada tem que fazer a defesa dos seus clientes, agora a senhora está usando o mesmo procedimento que o juiz fez para justificar a forma como ele determinou a adoção. O que ele diz? Ele diz: *“Olha, o casal não é de lavradores. São viciados em droga. Não é um casal.”* Depois: *“As crianças foram encontradas sozinhas e abandonadas. As crianças não foram dadas em adoção. Toda a apuração dos fatos iniciou pelo Conselho Tutelar, ou seja, já existiu advertência do Conselho Tutelar. As crianças não foram retiradas à força. As crianças estavam bastante doentes. Os pais não recorreram da decisão.”* Então, quer dizer, é uma defesa em que se acusam os familiares, ou seja..., aqui também há um processo inclusive do CEDECA — Centro de Defesa da Criança e do Adolescente —, já entrando com a representação contra o juiz por uma série de denúncias que ele faz contra aquela instituição.

Então, Sr. Presidente, eu não tenho dúvida, a partir dessa decisão do Juiz Cappio, de que o processo foi todo eivado de irregularidades. Por isso a determinação para que retorne. Eu espero que não fique só nisso aqui. Mas que se investigue para saber efetivamente se aquilo que foi dito também pelo juiz de que ele não tinha dúvida de que ali havia uma quadrilha que não apenas fazia essa tramitação nacional em vários Estados, mas que também tinha repercussão internacional... Então, eu não faço pergunta à Dra. Lenora. Com certeza ela tem



toda a defesa... Mas eu só quero dizer o seguinte: na realidade, o procedimento que ela usou de desqualificar a família, de desqualificar... Um exemplo aqui, Sr. Presidente, é que a informação que nós temos é que a casa do Sr. Gerônimo foi queimada. Então, já mostra que as coisas não estão tão elucidadas.

Nesse sentido, eu quero dizer que é um direito que ela tem de fazer a defesa, mas é importante que a defesa não seja da desqualificação dos outros, principalmente os familiares. Ou seja, aqui foi dito: era bom que a Dra. Lenora estivesse aqui no dia em que nós ouvimos o juiz, o promotor, a mãe, a representante do Centro de Defesa, e ela faria... Não sei se naquele momento ela teria todas as informações. É claro que, como advogada, ela acompanhou todo o processo. O processo da CPI é público. Ela teve acesso a todas as informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) – O.k., muito obrigado.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Bastava, doutor, eu ter tido o convite, tanto que eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Naquele momento não se tinha...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Em nome das famílias, em nome das famílias, quando a CPI se manifestou dizendo que gostaria de ouvir a situação das... a versão das famílias, que iria ouvir, nós aguardamos que nós fôssemos convidados, e isso não ocorreu, razão pela qual nós encaminhamos um ofício dizendo: *“Nós queremos falar.”*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - E eu trouxe a documentação para comprovar e não só falar ao léu, mas também comprovar com elementos aquilo que está sendo dito. Por isso do caráter reservado em seguida, para proteger as crianças e para seguir a regra da ética e do sigilo processual.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Naquele momento, nós não tínhamos a informação de que a senhora era a defensora daquelas famílias.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Doutor, saiu a minha imagem em rede nacional.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, sim, saiu a imagem, agora...

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - E saiu o meu nome, o meu nome e a minha imagem em rede nacional.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas a senhora disse que tinha um outro advogado.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Sim. E se fizesse contato com ele, ele iria dizer sobre a minha pessoa.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pronto, então, nesse sentido, Sr. Presidente, esperamos que os fatos sejam investigados com profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k. Muito obrigado, Deputado Luiz Couto. Eu permito a palavra ao Deputado Paulo Freire.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, eu, ouvindo a nobre advogada dando o relatório da condição das crianças que foram adotadas, que diverge totalmente daqueles relatórios que nós tivemos conhecimento, na audiência passada, com a presença do juiz, do promotor, onde foram colocados aqui até mesmo a separação dessas crianças com a mãe... Foi dito aqui que o filho mais velho estava fora de casa.

Na realidade, o que ficou patente para nós aqui é que ele fugiu, ele estava fugindo, pois se abraçou com a mãe, chorando, dizendo que não queria ir embora. Os relatórios que chegaram ao nosso conhecimento naquela audiência eram de que realmente eles estavam indo à escola, eles estavam com boa saúde, que viviam dentro de casa, que tinham uma boa relação com a mãe, enfim... A família é pobre, sim, porém vivendo em condições de harmonia com o pai, com a escola, com a comunidade. E todas as informações que nós recebemos, Sr. Presidente, são totalmente diferentes daquilo que nós acabamos de ouvir da senhora advogada, concernente a isso.

Mas, Sr. Presidente, eu acredito que tudo isso agora é irrelevante, porque, diante da decisão do juiz... Nesta terça-feira foi dada essa decisão, agora, portanto, uma informação quentinha, podemos assim dizer, da determinação do juiz de que as crianças agora voltem para os pais biológicos.

Aquilo que nós falamos aqui na última reunião, Sr. Presidente, de que iríamos sugerir... Sugerimos isso ao Ministério Público, através desta CPI, que pudesse realmente recolher essas crianças, e que essas crianças ficassem em um abrigo aos cuidados do Estado e que recebessem a visita dos pais para que pudesse haver novamente essa integração com os pais biológicos.



E nós queremos neste momento agradecer e também elogiar aqui a atitude do juiz, porque ele realmente acolheu a nossa sugestão e assim determinou. Eu acho, Sr. Presidente, que nós realizamos um grande trabalho nesta CPI, chamando essas pessoas, ouvindo a cada uma delas, e chegamos a essa conclusão de que realmente, na adoção dessas cinco crianças, houve muitas irregularidades. Isso foi provado com a nossa investigação, com a investigação desta CPI.

Por isso, Sr. Presidente, nós nos sentimos aqui atendidos pelo juiz, com essa decisão do juiz de as crianças serem recolhidas pelo Estado e voltarem aos pais biológicos.

Eu quero mais uma vez parabenizar todos os colegas Deputados, esta Presidência, a nossa Relatora, pelo esforço, pela dedicação, por alguns sacrifícios que nós realizamos para chegar afinal a essa investigação e mostrar ao Brasil que realmente houve tanta irregularidade, reconhecida agora pela Justiça, voltando atrás, e fazendo com que as crianças voltem aos pais biológicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Tenho direito a réplica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado. Já foi facultado... Obrigado, Deputado Paulo Freire. E nós entendemos dessa forma também. Eu acho que essa decisão do Juiz Cappio é o reconhecimento. Nós não estamos entrando aqui no juízo de valor em outros aspectos, mas é o reconhecimento de que esse processo foi eivado de vícios. Já tínhamos essa convicção aqui na CPI e, portanto, o desafio agora é saber qual a extensão desses processos de adoção, que Monte Santo passa a ser um "fornecedor", vamos dizer assim, entre aspas, importante, em vários outros casos.

Eu queria registrar aqui também uma pergunta do *e-democracia*, porque os nossos assistentes estão aqui interagindo com a CPI. As duas perguntas já foram praticamente elucidadas, feitas pelo Sady Fauth, se as famílias estão dispostas e qual será o processo de retorno aos seus pais biológicos. O juiz decretou hoje de manhã o retorno. A outra pergunta que ele faz é: "*Que tipo de advertências constam no processo para que as crianças continuem com os pais adotivos, mesmo já tendo*



sido requerido pela mãe biológica o retorno de seus filhos?" Fica defasada em função da decisão recente do juiz.

Não havendo mais nenhum Deputado, eu queria facultar a palavra à Dra. Lenora para fazer as suas considerações, no que queira ainda esclarecer e suscitar de informações desta CPI.

A SRA. LENORA THAIS STEFFEN TODT PANZETTI - Eu gostaria de esclarecer que, segundo constam de reportagens também da Internet e de tudo o que nós discutimos e apuramos, existe uma investigação feita pela Corregedoria do Tribunal de Justiça da Bahia que em nenhum momento foi chamado a falar sobre se houve irregularidade, se não houve irregularidade e o que aconteceu. E, na fala do Corregedor e do Tribunal de Justiça da Bahia, isso realmente não ocorreu. O processo é legítimo e está respaldado em trâmites legais. Se discutido o processo de destituição de pátrio poder, cumulado com a adoção, sem a medida protetiva em conjunto, é óbvio que haverá erros, haverá equívocos. Mas toda decisão judicial é passível de recursos, e as famílias vão, sim, recorrer da decisão do Dr. Cappio, da qual nós sequer fomos intimados, tendo em vista que nós estamos presentes aqui hoje.

Então, não houve intimação. Como o senhor mesmo disse, essa publicação foi feita hoje pela Internet, pelo portal, não sei que meio exatamente, mas nós não tivemos acesso ao conteúdo da decisão, à forma como isso vai ser feito. E o que nos preocupa muito é o aspecto psicológico dessas crianças, tendo em vista que, no dia 24 de outubro próximo passado, houve requerimento do Ministério Público da Bahia para que as crianças tivessem, em suas legítimas famílias da guarda, que as crianças tivessem uma avaliação psicológica, justamente para que se evitassem maiores prejuízos. E que após esse requerimento do Ministério Público protocolado houve uma mudança de opinião, houve uma mudança de postura. E há agora a notícia de que houve uma revogação dessa guarda provisória.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, só uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Acho que ficou muito patente nesta CPI de que houve tantas irregularidades..., ficou muito patente nesta CPI. Portanto, eu quero respeitar a opinião da advogada, porém nós chegamos a essa conclusão



de que o juiz tomou uma decisão não considerando, por exemplo, o relatório do Conselho Tutelar, não considerando também o relatório dos promotores. E tudo isso ficou patente aqui nesta CPI, essas irregularidades. É tão patente isso que nós chegamos a essa conclusão de que o juiz volta atrás, tomando essa decisão hoje de devolver as crianças aos pais biológicos.

Portanto, fica patente a esta CPI que esse trabalho que nós realizamos foi um trabalho sério, um trabalho imparcial, e nós chegamos a essa conclusão — e eu me dou por vencido nesta CPI em tudo aquilo que nós lutamos para conseguir — de que nós conseguimos. Eu me sinto vitorioso nesta CPI, pelas irregularidades que foram cometidas nesse caso dessa adoção dessas cinco crianças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k., Deputado Paulo Freire.

Não havendo mais nenhuma Deputada e nenhum Deputado, e já feitas as considerações finais da nossa convidada, a Dra. Lenora, que prestou os esclarecimentos importantes aqui, para que a gente pudesse ter também essas informações acumuladas por parte das famílias, eu dou por encerrada esta audiência pública, agradecendo a presença das Sras. e Srs. Deputados, de toda a assessoria, imprensa.

Informo que nós teremos — e precisamos da confirmação dos Srs. Deputados — audiência pública em São Paulo, na quinta-feira, pela manhã, para investigação de três casos que estão pautados pela CPI e que estão sendo acompanhados pela Polícia Civil, pelo Núcleo de Direitos Humanos de São Paulo e pela Polícia Federal, e, na sexta-feira, pela manhã, na cidade do Rio de Janeiro, para ouvirmos casos, em audiências públicas, trazidos pela sociedade do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... aqui tem deliberação de requerimentos. Há *quorum* para deliberação de requerimento. Aqui, pela informação, tem deliberação de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A assessoria nos informa que não há *quorum* suficiente para ser nominal, para dar entrada. Mas V.Exa. pode já antecipar. E acho que sem nenhum problema.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, é se tem requerimento para aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah! Você está perguntando se tem algum...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É porque aqui na pauta tem deliberação de requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ah! Estava aguardando. A assessoria está informando que estava aguardando e não foram apresentados. Aqui não tem nenhum requerimento para aprovar nessas... Vamos dizer, estava previsto, mas não foi confirmado. Está certo?

Nós vamos, então, rapidamente, ouvir as informações reservadas que a Dra. Lenora tem para nos fornecer, e vamos fazê-lo aqui mesmo, só que sem a presença da imprensa.

Eu queria saber se há alguma objeção das Sras. e Srs. Deputados para essa audiência em reservado. *(Pausa.)*

Não havendo, a Mesa a considera aprovada, com apoio de todos os Deputados presentes.

Esta sessão aberta está encerrada.